



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum regimental para abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Estamos aguardando um Senador, que já anunciou que está a caminho, para que possamos ter quórum para deliberação.

Expediente.

Declaro como lidos os expedientes recebidos pela Comissão até a presente data, tendo em vista que essas informações encontram-se publicadas na página da CMO, na Internet.

Vamos aguardar o Senador, para que possamos ter quórum para deliberação.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há quórum para deliberação na representação das duas Casas do Congresso Nacional.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas cópias antecipadamente.

Caso haja alguma retificação, peço aos Srs. Parlamentares que se manifestem.

*(Pausa.)*

Coloco em votação as atas das seguintes reuniões: 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 2 de julho de 2019, e 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 4 de julho de 2019.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão em votação da representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Ordem do Dia.



Informo ao Plenário que, na reunião do colegiado de Líderes partidários com assento na CMO, realizada ontem, no dia 6 de agosto, ficou acordada apenas a apreciação dos seguintes itens constantes da pauta:

1. Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE;
2. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, o PLDO 2020.

3. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2019, do Congresso Nacional.

Extrapauta: alteração do parecer preliminar à LDO.

Comunico que há requerimento sobre a mesa para quebra de interstício e inclusão na pauta, no sentido de apreciar a Alteração nº 1 do parecer preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, o PLDO 2020. Isso é para permitir que os Estados que não apresentaram emenda à LDO possam fazê-lo agora.

Consulto o Plenário sobre a possibilidade de votação dessa proposição, a despeito do previsto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que estabelece que a apreciação dos relatórios somente poderá ocorrer após o prazo de 2 dias úteis de sua distribuição.

Em deliberação a inclusão na pauta e a dispensa do prazo de 2 dias úteis para votação da Alteração nº 1 do parecer preliminar, nos termos do art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado.

Extra pauta. Apreciação da Alteração nº 1 do parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências (PLDO 2020). Relator: Deputado Caca Leão.

O Relator está com a palavra, para apresentação da proposição.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Presidente Marcelo Castro.



"Parecer preliminar ao PLDO 2020 (Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5, de 2019-CN)

Alteração nº 1.

Em decorrência da solicitação da bancada do Tocantins, objeto do Ofício nº 43, de 2019, de 4 de julho de 2019, que solicita serem incluídas, no relatório do PLDO 2020, as emendas apresentadas em anexo àquele ofício, que deixaram de ser protocoladas no prazo próprio pelas razões nele expostas, o parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, aprovado por esta Comissão, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1. Inclua-se, na parte especial do parecer preliminar ao PLDO 2020, o item 2.2.6, com a seguinte redação:

*2.2.6 Poderão ser incluídas emendas de relator no Anexo de Prioridades e Metas, com o objetivo de suprimir lacunas na definição de emendas de bancada estadual, de manter o equilíbrio federativo e de promover o desenvolvimento econômico e social.*

Sala da Comissão, em 7 de agosto de 2019.

Deputado Cacá Leão

Relator."

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - A proposição está em discussão.  
(Pausa.)

Encerrada a discussão.

Os Srs. Deputados que aprovam a Alteração nº 1 do parecer preliminar ao Projeto de Lei nº 5, de 2019, do Congresso Nacional, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (DEM - TO) - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (DEM - TO) - Sr. Presidente, só quero informar aos nobres colegas que eu estava hospitalizado na tarde de sexta-feira e não



tive como estar aqui. Mas, como havia ainda vários Estados, seis Estados, incluiu-se o nosso.

A minha assessoria mandou, via Internet, a assinatura nossa. Também houve dois Parlamentares que já tinham viajado. Mas a bancada toda concordou.

Muito obrigado, Deputado Cacá.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - V.Exa. estava de atestado médico, então, tem toda a credibilidade e toda a anuência desta Comissão de Orçamento, Deputado Gaguim, até porque V.Exa. é um grande Parlamentar, um Deputado atuante que nos ajuda muito na condução dos trabalhos aqui da Comissão.

**O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM** (DEM - TO) - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Comunico que está aberto o prazo para apresentação de destaque à LDO.

Item 1 da pauta. Conforme disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, submeto à apreciação do Plenário o relatório do CAE quanto ao exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 5, de 2019-CN, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020. Relator: Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Coordenador do CAE: Deputado Vicentinho Júnior, do PL de Tocantins.

Voto: pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o PLN 5/19-CN.

O Coordenador do CAE está com a palavra, para a leitura do seu relatório.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - Sr. Presidente, caros colegas, boa tarde.

Eu, como de costume, sempre começo parabenizando e agradecendo a atenção dos nossos assessores aqui da Comissão Mista de Orçamento na pessoa do Wagner e do o Robson. Sem eles, dificilmente nós teríamos condição de trazer um relatório tão célere e tão sucinto, para que, aqui pela CMO, possamos começar a criar as devidas soluções para esta realidade por que o Brasil passa.

Vou direto ao relatório, Sr. Presidente, para poder ser breve. O CAE atentou em todas as questões legislativas, para seguir sempre a boa regra da prática aqui nesta Casa.

"Relatório



1. Conforme o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, cabe ao Comitê de Admissibilidade — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas, inclusive as de Relator, aos projetos de Lei Orçamentária Anual, de Diretrizes Orçamentárias e de Plano Plurianual. Os relatórios de admissibilidade devem ser votados pela CMO antes da apreciação do mérito das respectivas matérias, salvo deliberação em contrário do Plenário da CMO.

2. O exame de admissibilidade das emendas, nos termos do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006-CN, corresponde ao exame preliminar, anterior ao do mérito, que verifica a compatibilidade da proposição com as normas constitucionais, legais e regimentais. Esse dispositivo determina que a emenda à proposição em tramitação na CMO que contrariar normas constitucionais, legais ou regimentais será inadmitida, e aprovada na CMO a proposta do Comitê de Admissibilidade (art. 25 da Resolução nº 1, de 2006 - CN).

3. Esse Comitê, adicionalmente, no exame das emendas apresentadas ao projeto, sejam individuais, de bancada ou de Comissão, levou em consideração as determinações do parecer preliminar aprovado pela Comissão Mista de Orçamento na reunião realizada no dia 25 de junho de 2019.

4. A análise abrangeu tanto as emendas ao texto da lei como aquelas apresentadas com o propósito de incluir prioridades e metas no PLDO 2023.

5. No exame das emendas apresentadas ao texto da LDO e ao referido Anexo de Prioridades e Metas, não foram identificadas emendas contrárias ou incompatíveis com as normas constitucionais, legais e regimentais.

É o relatório."

Sr. Presidente, eu queria só aproveitar para agradecer a V.Exa. e ao Relator, o Deputado Cacá Leão, porque, depois de muita luta — e eu creio que aqui estão alguns concursados da nossa valorosa PRF —, o Presidente Jair Bolsonaro fez o chamamento de aproximadamente mil concursados. Mas ficou ainda um crédito de concursados a serem chamados, 687 concursados, para ser exato, que podem continuar a ter esperança de serem chamados no próximo ano, em função da sensibilidade de V.Exa. como Presidente desta Comissão e do relatório brilhante do Deputado Federal Cacá Leão, que, em dois momentos do seu texto, colocou a salvaguarda para resguardar os concursados da PRF.



Então, quero agradecer por terem acatado isso e por nos permitir fazer parte desta discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos o brilhante trabalho feito por V.Exa., Deputado Vicentinho Júnior.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Sr. Presidente, esse é o relatório geral?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, é só o relatório do CAE.

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório está em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2. Apreciação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 5, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências (PLDO 2020). Relator: Deputado Cacá Leão.

Foram apresentadas 1.048 emendas ao Anexo de Metas e Prioridades e 1.918 emendas ao texto da lei, totalizando 2.966 emendas.

Voto: favorável, nos termos do substitutivo apresentado. Quanto às 2.966 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 229 emendas; pela aprovação parcial de 1.227 emendas; e pela rejeição de 1.510 emendas.

Anuncio que o prazo para apresentação de destaque — já fiz isto aqui e vou reforçar — está aberto e será finalizado ao término da discussão da matéria, conforme estabelece o inciso I do art. 60 do Regulamento Interno da CMO.

O Relator está com a palavra, para apresentação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1 e 2.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Agradeço ao Presidente.



**O SR. ALUISIO MENDES** (PODE - MA) - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de pedir um pouco de silêncio aqui atrás, porque estamos com dificuldade de ouvir.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós pedimos a todos que estão presentes e acompanhando a sessão, o que para nós é muito honroso, que façam um pouco de silêncio, por favor, porque o barulho está atrapalhando aqui, e nós estamos recebendo reclamações.

Muito obrigado.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Passo a ler a Complementação de Voto nº 2 do substitutivo ao PLN 5/19:

"1. Com fundamento na autorização conferida pelo item 2.2.6 do parecer preliminar, inclua-se, no Anexo VIII — Prioridades e Metas, a seguinte programação:

Programa: 2087 Transporte Terrestre

Ação: 7X67 Construção de trecho rodoviário - Divisa MA/TO - Entroncamento TO-010 (Pedro Afonso) - BR-235/TO

Meta (km construído): 50

Sala da Comissão, em 7 de agosto de 2019.

Deputado Federal Cacá Leão

Relator."

Sr. Presidente, essa é a adequação que nós fizemos atendendo ao pedido da bancada do Tocantins.

Nós tínhamos um prazo regimental para entrega do relatório, e assim o fizemos no dia 7 de julho de 2019. O relatório seria votado na semana seguinte, mas acabou que não se votou — nós utilizamos aqui o termo de o relatório ficar ao sereno. E é claro que apareceram novas demandas para ser discutidas.

Com a boa vontade do Presidente Marcelo Castro, dos Parlamentares e dos membros desta Comissão, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer a parceria, a atenção e o diálogo. Mesmo quando não conseguimos chegar a um denominador comum, a um entendimento do que foi alocado para o texto, essa discussão sempre foi feita com absoluto respeito, com o entendimento da divergência das ideias ou de pensamentos.



Acho que nós conseguimos construir o melhor relatório possível e sei, Deputado Aluisio, que vamos encontrar, à frente, algumas discussões importantes, alguns importantes.

Neste momento de fala que me foi concedido pelo Presidente Marcelo Castro, para fazer a complementação de voto, quero registrar que, no final, nós aumentamos o número de emendas que foram acatadas. Nós trabalhamos pela aprovação de 229 emendas; foram 1.227 emendas aprovadas parcialmente; e 1.510 emendas pela rejeição.

Há alguns pontos específicos e importantes que foram destacados aqui. Um deles, já colocado brilhantemente pelo Deputado Vicentinho, que apresentou aqui um brilhante relatório, é sobre a questão dos concursados da Polícia Rodoviária Federal, um pleito que, tenho certeza absoluta, todos os Parlamentares desta Comissão receberam. E não há a objeção de nenhum Parlamentar no sentido de se dar a sobrevida necessária regimentalmente, inclusive incluída nos prazos do próprio concurso, para que, o Governo — uma vez que o Presidente teve a sensibilidade de chamar mil concursados — possa também, ao longo do ano que vem, chamar os 686 remanescentes que ficarão para o próximo chamamento.

Eu sou de um Estado de dimensões continentais e sei da necessidade do aumento do quadro da Polícia Rodoviária Federal em todo o Brasil e também no nosso Estado da Bahia.

Queria falar aqui também sobre a política do salário mínimo. Nós mantivemos o texto que foi enviado pelo Governo e o que está escrito na Constituição, com a projeção da correção do salário mínimo pela inflação. Essa foi uma decisão que tomamos. É claro que todos nós gostaríamos muito de poder conceder um aumento e de acrescentar outros valores ao salário mínimo. Mas, atendendo ao pleito do Governo e ao que diz a Constituição, nós acabamos mantendo essa correção.

Outro ponto é a questão do aumento dos servidores para o ano de 2020. A proposta original tratava apenas do aumento dos militares. É claro que é uma decisão do Governo conceder ou não esse aumento. Mas nós conversamos com alguns colegas e recebemos os pleitos dos servidores, e a LDO vem autorizando também o aumento dos servidores civis, caso esse seja o desejo do Governo Federal e do Presidente da República e caso haja o crescimento da economia como esperado. Estamos concluindo, no plenário da Câmara dos Deputados, a votação da reforma da Previdência e vamos fazer, dentro de



muito pouco tempo, a votação da reforma tributária. E como haverá, com certeza, o aquecimento da economia, esperamos que seja possível ao Governo conceder aumento não só aos militares, mas também aos servidores civis, porque há muitas categorias que estão com os salários defasados.

Há outro ponto em que também vou tocar, Sr. Presidente: a questão do tão falado Fundo Eleitoral. Em 2017, nós aprovamos aqui uma legislação que criava o financiamento público de campanha baseado no financiamento eleitoral, que tratava de 30% da receita de recursos destinados às emendas de bancada. No início deste ano, nós votamos e aprovamos a Emenda Constitucional nº 100, que trata da impositividade das emendas de bancada, fazendo com que essa legislação que havia sido aprovada fosse superada para o ano de 2020, já que não há eleição no ano de 2019.

A proposta enviada pelo Governo diz, única e exclusivamente, que o fundo especial para as eleições será retirado das emendas de bancadas, e ponto. Não existe um limitador. Ao fazer uma conversa com alguns Parlamentares, com os partidos políticos e com o Relator do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, que é quem verdadeiramente vai destinar o valor do recurso ao Fundo Eleitoral, nós decidimos colocar uma trava a essa questão colocando já 0,44% da Receita Corrente Líquida.

Isso não quer dizer que será alocada ao Fundo Eleitoral a totalidade do seu valor. Isso é algo a ser discutido e decidido mais à frente, durante a discussão da Lei Orçamentária Anual. A LDO apenas dá essa diretriz ao Orçamento. E o que nós fizemos aqui foi colocar um freio para que não se ultrapasse esse percentual. Nós estamos colocando um teto, não estamos colocando um piso, para que se possa fazer essa discussão.

Então, o momento adequado de se fazer isso é no debate da LOA. Alguns Parlamentares me procuraram, a imprensa conversou bastante comigo sobre esse assunto. E eu tentei fazer essa apresentação e tornar o processo de discussão o mais claro possível.

No mais, Sr. Presidente queria agradecer...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Eu sei.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Eu vou concluir já.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Não, V.Exa. pode continuar.



Quero apenas avisar que está havendo votação nominal. Eu sugeriria que cada Parlamentar pudesse, aos poucos, ir votando. Nós continuaríamos e, na discussão, suspenderíamos a reunião. Mas eu acho que não é necessário. Vamos tocando. A votação é rápida. Em 5 minutos, cada Deputado vai e volta.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Então, Presidente, eu procurei tirar as dúvidas, ser o mais claro e o mais transparente possível. Em todas as vezes em que fui perguntado, todas as vezes em que fui questionado tanto pelos colegas quanto pela própria imprensa, que faz um trabalho brilhante, nós tentamos dirimir e retirar as dúvidas.

Agradeço, mais uma vez, a atenção e a parceria dos colegas. Espero que tenha conseguido atender a todos na medida do possível. O que eu não pude atender, o que eu não pude acatar no nosso relatório foi porque, realmente, não existia amparo legal, não existia amparo regimental ou nenhuma lei complementar que nos desse essa condição.

Sei que vários Parlamentares apresentaram emendas individuais que acabaram tendo que ser rejeitadas pelo fato de a relatoria não nos dar o poder de acatar emenda de caráter regional e também pela limitação do número, visto que podemos acatar apenas dez emendas individuais apresentadas. E eu adotei o critério de acatar as emendas que mais foram apresentadas.

Então, agradeço a compreensão de todos e estou à disposição ao longo da discussão, para retirar qualquer dúvida dos pares que venha a existir.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Sr. Presidente, eu queria sugerir que seja suspensa a sessão, para que nós possamos nos deslocar ao plenário. Às vezes, durante uma fala que for dita aqui, é preciso que nós estejamos presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu acho prudente, Deputado Hildo Rocha.

Vou suspender a sessão por 15 minutos, para os Deputados irem votar e, depois, retornarem.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, talvez seja preciso 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está suspensa a sessão.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Transcorrido o prazo da suspensão da reunião, está reaberta a reunião.



Vamos abrir a discussão do relatório do Deputado Cacá Leão e as Complementações de Voto nºs 1 e 2.

Então, está iniciada a discussão da matéria.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, para discutir o relatório do Deputado Cacá Leão.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; nobre colega Deputado Cacá Leão, que foi o Relator; todos os colegas Deputados, Senadores e Senadoras, nós não temos uma cultura de muito debate em torno do Orçamento, muito menos em torno da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, é muito importante que possamos fazer o debate sobre isso.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir o silêncio e a colaboração de todos, para ouvirmos a intervenção do Deputado Bohn Gass na discussão da matéria.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado a todos.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - O Orçamento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias dialogam diretamente com a economia, com a vida, com os orçamentos, com os programas, com as obras, com os projetos do País. Nós estamos olhando para 2020, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020.

Nós apresentamos, e eu fui signatário de emendas que vou destacar depois. Inclusive, agradeço ao Relator porque pude conversar com S.Exa., que incorporou parte das emendas que apresentamos. Então, agradeço. Mas quero destacar aqueles elementos que ainda não foram incorporados e que considero importantes. Peço a atenção dos colegas, para vermos se podemos depois, no destaque, consolidá-los, aprová-los e incluí-los.

Um desses elementos de que estou falando considera que hoje temos uma economia estagnada. Se os Senadores e Deputados pensarem nos seus Municípios neste momento, às 3 horas da tarde, às 15h57mim, para ser mais preciso, quantas pessoas estão nas lojas lá no Mato Grosso, na Bahia, no Espírito Santo, no Piauí, no Rio Grande do Sul, no Paraná ou em qualquer lugar? As lojas estão praticamente paradas,



vazias. Não há consumo. Se não há consumo, a indústria não vai produzir. Se a indústria não produzir, não vai gerar emprego.

E aí entramos num debate totalmente histórico de que, como há déficit da Previdência, nós vamos tirar uma vantagem do trabalhador, como estamos votando agora, para ter a garantia de um salário mínimo. E alguns acham que isso é privilégio. Mas nós não vemos que a economia estagnada impede que se contribua inclusive para haver um soldo, um fundo para a Previdência. Então, o que estamos votando com relação à Previdência tem a ver diretamente com a economia.

Por que é tão importante o comércio vender, a indústria produzir e gerar emprego? Porque isso é consumo. E quando vai haver consumo? Quando o povo tiver salário. Então, o salário vai estimular o consumo e fazer com que o País saia da estagnação econômica.

Houve, de 2003 até 2019, uma metodologia de reajuste do salário mínimo pela inflação e pelo PIB do ano anterior. Então, para o salário de 2020, seria considerada a inflação de 2019 e o PIB de 2018. Isso passou a dar um incremento ao salário mínimo. Naquela época, em 2003, ele era em torno de 70 dólares, portanto, menos de 300 reais, e, com essa metodologia, passou a ser de mais 300 dólares em determinado momento, não hoje. Mas um salário mínimo de 998 reais é bem superior ao valor da época exatamente pela metodologia de reajuste pela inflação e pelo PIB. Isso deu ao País uma economia crescente e permitiu que ele saísse da estagnação, isso gerou emprego.

A nossa sugestão é que possamos incorporar isso nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias e continuemos pensando num país com o sonho de as pessoas consumirem, comprar, fazer ranchos melhores, vestir-se melhor, viajar. Isso significa salário em condições boas.

Então, eu quero justificar, já antecipadamente, no debate que nós estamos fazendo agora, o destaque que vou fazer sobre esse ponto, para podermos apreciá-lo e para que o salário mínimo seja pujante e possa ter, ao menos, também o reajuste do PIB além do reajuste da inflação.

Os outros dois aspectos que eu quero destacar referem-se a uma questão dos nossos Municípios sobre a qual os nossos colegas Deputados devem ter sido procurados e que nós tentamos resolver, de quando nós repassamos um recurso orçamentário de emenda parlamentar para um Município. Se, por exemplo, o Senador Marcelo Castro



destina 100 mil reais para atender um Município, desses 100 mil reais designados, chegam 88 mil reais ao Município. Com o Deputado Dagoberto Nogueira, no seu Mato Grosso é a mesma coisa: chegam 88 mil reais. A Caixa Econômica Federal absorve 12 mil reais para fazer o projeto, ou seja, 12%. Não é razoável!

Eu imagino que os Prefeitos tenham conversado com os Senadores e com os colegas Deputados. Não é possível! A Caixa Econômica Federal não pode ficar com esse valor que precisa chegar lá no Município. Há Município aonde, se forem destinados 500 mil reais, vão chegar 460 mil reais. São 40 mil reais de contrapartida que o Município precisa colocar. Com duas emendas, ele já compraria um trator ou outra estrutura para as atividades locais.

Então, Senador, o destaque que eu vou fazer aqui — este é um debate do Orçamento — é para que coloquemos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que a Caixa Econômica Federal não cobre tanto dos Municípios. O Relator acatou parcialmente isso. E aí eu queria dialogar sobre o que o Relator acatou da minha sugestão de que valor da Caixa fosse só uma coisa significativa, pequena, simbólica. Acho que o Relator acatou para ele ser no máximo 4,5%, o que já é melhor, obviamente, do que os 12%. Mas eu queria dialogar com os colegas para que não fôssemos na linha rasa e disséssemos...

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Deveria ser uns 2%.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Deveria ser um valor menor. São os nossos Municípios.

Nós estamos aqui, Deputado Hildo Rocha, — sei que V.Exa., como municipalista, trabalha muito nisso — também lutando para que o FPM tenha um ponto percentual a mais. No tempo do Lula, nós aumentamos esse fundo, no tempo da Dilma aumentamos esse fundo. E o Presidente se comprometeu com isso na Marcha dos Prefeitos. Nós estaríamos aqui dialogando com os Prefeitos.

Então, eu pediria esse esforço e encerraria a minha fala dizendo que, se pudermos, devemos trabalhar estas duas questões: um reajuste que coloque o salário mínimo num patamar de pujança maior, para que haja um consumo maior, o que seria bom para a economia; e, ao mesmo tempo, que os Prefeitos possam receber integralmente os poucos recursos que todos nós designamos aos Municípios.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradecendo a intervenção do Deputado Bohn Gass, vou passar a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues, pedindo que nos cinjamos ao tempo regimental de 5 minutos.

A razão disso é que estamos sob a regência do Senado Federal e já com a hora adiantada. Se a sessão do Senado entrar na Ordem do Dia, seremos obrigados a suspender a nossa votação.

Então, é de todo prudente que votemos a nossa LDO o mais rápido que pudermos, antes que a sessão do Senado entre na Ordem do Dia.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Eu queria propor um acordo de procedimento.

V.Exa. tem toda a razão. A sessão extraordinária que está transcorrendo na Câmara dos Deputados não impede a votação e a Ordem do Dia da sessão da Comissão de Orçamento, porém a sessão do Senado, sim. Eu queria fazer uma proposta aos membros desta Comissão: que nós pudéssemos votar o parecer do Relator, assim que se concluir a apresentação dos destaques, ressalvados os mesmos, e abrissemos a discussão.  
(Pausa.)

V.Exa. tem outra proposta?

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Tenho.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Se isso for possível e houver consenso, entendeu, Presidente Marcelo?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós queremos fazer tudo consensualmente e da maneira mais eficaz possível.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - A minha proposta, Deputado Cajado, até para diminuirmos a discussão dos destaques — cerca de 10 minutos atrás já havia mais de cem destaques —, é que, antes de aprovarmos o relatório preliminar, o Presidente me dê 30 minutos para eu fazer uma discussão com a assessoria e ver, desses destaques apresentados, o que eu já poderia acatar diretamente numa terceira complementação de voto, para que fiquem apenas os destaques sobre os quais não há consenso de caráter



ideológico ou de qualquer outro entendimento, para fazermos as discussões separadamente aqui dentro, porque eu acho que com isso vamos ganhar bastante tempo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Existindo essa hipótese, Presidente, V.Exa. suspenderia a reunião, se a sessão do Senado entrasse na Ordem do Dia, e retornaríamos amanhã de manhã, consensualmente suspendendo a reunião?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - A única alternativa que nos resta é essa, mas vamos ver se aceleramos aqui para...

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Isso é melhor ainda, Deputado Cajado. Eu obteria um pouco mais de tempo junto com a assessoria para fazer essa discussão dos destaques apresentados.

O prazo para apresentar os destaques já estará encerrado — por favor, não me venham com mais destaques amanhã. *(Risos.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Não, não. Mas isso só ocorreria amanhã se se iniciasse a Ordem do Dia no Senado. Vamos tentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ver se conseguimos resolver isso hoje.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. e à Mesa.

Eu sou Relator do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 8, de 2019. Eu queria ver se conseguimos apreciá-lo ao longo da tarde de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Faço esse apelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos apreciá-lo, sim.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Presidente, eu primeiro, quero agradecer ao Relator a recepção de várias das nossas emendas — minha e dos demais Deputados do PSOL —, que não listarei agora por economia de tempo. Mas quero também fazer-lhe um apelo e dizer que há três emendas apresentadas agora, Deputado, que eu creio ser importante explicitar e debater aqui, em respeito à cidadania brasileira.



Uma eu creio que pode gerar consenso: é a que trata da garantia do Censo de 2020 de forma plena. Além de ser uma proposta simpática, é de pequeno impacto financeiro. Garantiria ao IBGE a possibilidade de viabilizar o Censo com as questões necessárias, para manter toda uma metodologia, uma riqueza de dados, e possibilitar aos pesquisadores das universidades, dos centros de pesquisa, dos órgãos públicos e privados, aos Governos em todas as esferas e a este Poder terem dados censitários que permitam fazer uma reflexão mais profunda sobre a realidade brasileira e, no nosso caso, ter uma ação propositiva em termos normativos mais consistente, sem que se constitua uma base de dados atualizável periodicamente. O sentido do recenseamento é exatamente aproveitar decenalmente o crescimento populacional, as mudanças quantitativas e qualitativas e viabilizar um relatório mais condizente com a necessidade do planejamento para o desenvolvimento do nosso País.

Outra questão é a do salário mínimo. Apesar de toda a crise e das minhas diferenças com o Governo Federal, nós temos que acreditar que o Brasil tem jeito e que nós vamos sair desse marasmo e dessa crise profunda. Não há possibilidade, no entanto, de se falar em crescimento e, muito menos, em desenvolvimento social, se nós não garantimos crescimento real do salário mínimo. Se a fórmula discutida com as centrais sindicais, aprovada pelo Congresso no período da Presidente Dilma, já cumpriu um período, nós não podemos ficar sem base legal. Neste momento, enquanto se avança paralelamente na normatização dessa questão, é de fundamental importância que já neste momento estabeleçamos uma diretriz de ganho real.

Eu penso que garantir a reposição das perdas inflacionárias oficialmente medidas e 1%, por exemplo, de ganho real teria impacto, nós sabemos, porque nós temos milhões e milhões de trabalhadores assalariados, e, naturalmente, há pensões e há necessidade de que as políticas sociais e previdenciárias considerem também esse impacto. No entanto, são impactos pequenos diante da grandeza econômica do Brasil.

Eu creio que nós não temos, enquanto Casa do Povo, o direito de deixar como está. Eu acho que foi um erro do Governo Federal tentar fazer economia — eu falo do Governo Bolsonaro, mas qualquer governo que congelasse o salário mínimo mereceria a crítica desta Casa de forma suprapartidária, porque realmente nós sabemos o quanto é irrisório o salário mínimo no nosso País.



Em terceiro lugar, cada vez mais há um torniquete sendo apertado. Nós discutimos aqui a necessidade de autorizar... E aprovamos o PLN 4 no valor de 249 bilhões. Esse debate foi tenso, mas depois houve consenso, baseado em acordos que agora estão sendo cumpridos, com recursos para universidades, Minha Casa, Minha Vida e outros pontos.

Agora, é de fundamental importância que, em tendo que romper com a lei, com a Regra de Ouro, nós não retiremos exatamente recursos de áreas sociais. Estava em debate o PLN 4 exatamente porque eram as políticas sociais da Previdência, da Assistência e do Bolsa Família que estavam em risco. Por que não estabelecer que essas despesas sejam condicionadas como despesas financeiras?

Essa é uma ideia de que, penso eu, não deveríamos abdicar e sobre a qual deveríamos tentar construir um consenso.

Sr. Presidente, peço que V.Exa. me conceda 1 minuto para concluir meu pronunciamento.

Eu acho que algumas coisas devem ser consideradas. Eu destaco apenas duas, entre muitos problemas.

Para um déficit nominal de 445 bilhões, quando no ano passado a projeção era de 357 bilhões, não há justificativa. Não dá para comparar com as famílias uma economia de um País de uma formação socioespacial como a brasileira, tão portentosa. Nós poderemos até reduzir bastante esse número, para alguém dos 357 bilhões. Então, não é admissível que nós comprometamos 445 bilhões com pagamento de juros, muito acima da projeção do ano anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Edmilson Rodrigues...

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Então, essa é uma reflexão que tem que ser feita, porque em momento de crise não se pode tirar do salário mínimo, tirar dos pobres e favorecer os especuladores e o grande capital financeiro.

Eu concluiria com a questão das renúncias tributárias, Sr. Presidente.

Política de renúncia fiscal pode ser positiva. No entanto, seria de fundamental importância que nós começássemos a radicalizar na redução disso: manter o Super-SIMPLES, manter o apoio às micro, pequenas e médias empresas. Isso é de fundamental importância.



A Zona Franca de Manaus depende de benefícios. Não há como, por decreto, acabar com isso, mas não é possível que se faça uma reforma tributária — e eu fecho com esta ideia — que tenta economizar 100 bilhões ao ano e aumentemos de 300 para 326 bilhões as renúncias fiscais para 2020. Não é admissível isso!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues. Obrigado pela compreensão.

Eu vou pedir aos próximos oradores que, se puderem, sejam sucintos, para que possamos votar a LDO ainda hoje.

Eu já pedi ao Senador Davi Alcolumbre que retarde um pouco a Ordem do Dia, se for possível. Agora, nós precisamos colaborar também, porque ele vai esperar um pouco, mas muito ele não vai poder esperar.

Com a palavra agora o Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Deputado Cacá Leão, Relator, porque também acatou algumas das nossas emendas e destaques. Por isso, já estamos retirando, Relator, alguns destaques do Partido Novo, os quais o senhor já havia acolhido.

Mas eu quero pedir, por 30 segundos, a atenção os meus colegas de CMO, em especial aos meus colegas mineiros — nós sempre conversamos um pouco mais lá em Minas Gerais —, porque o Novo não vai abrir mão de dois dos seus dois destaques.

O primeiro deles eu sei que é um pouco mais, digamos, divergente para a maioria dos senhores, pois trata de acabar com o Fundo Eleitoral.

Uma vez que nós estamos em tempo de crise, como foi dito; uma vez que não há consumo, como foi dito; uma vez que as pessoas estão sem saneamento básico, como nós sabemos, na opinião nossa, do Partido Novo, esse Fundo Eleitoral, na atual condição de Brasil, não tem sentido. Eu sei que isso é uma posição nossa e vai ser deliberada.

O segundo destaque do Partido Novo foi explicado pelo Relator.

Eu peço a atenção de todos os senhores e senhoras, porque talvez nós não saibamos o que iremos votar. O Governo enviou uma proposta de 0,56%, sem delimitar uma trava desse 0,56%, ou 1%, seja para o Fundo Eleitoral, seja para as emendas de bancada — que agora são impositivas, em função da PEC que aprovamos no início do



ano. Com o voto do Relator, ele estipula uma trava de 0,44% no Fundo Eleitoral e de 0,56% nas emendas de bancada.

Acontece, senhoras e senhores, que ainda assim há um acréscimo no Fundo Eleitoral. Então, o Novo também vai apresentar um destaque para voltar ao texto do Governo. Mesmo sem ter a trava, acreditamos da nobreza do então Relator da LOA — não sei se o Deputado está aí —, para que, quando da LOA, possamos diminuir o Fundo Eleitoral sem ter que passar esse quase vexame nacional.

Enquanto toda a população nos acompanha, esperando deste Congresso nobreza, coragem, disrupção, atenção com a população, é inquestionável esta necessidade de lutarmos pela população brasileira, e não pelos nossos partidos e pelas nossas eleições. Uma eleição municipal em 2020 é muito importante, mas saúde, educação e saneamento básico também são muito importantes.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quero agradecer ao Deputado Lucas Gonzalez a colaboração e pela rapidez.

Vamos ao próximo orador inscrito, o Deputado Domingos Sávio.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós temos, de fato, uma missão estratégica para o futuro do País, a saber: votar a Lei de Diretrizes Orçamentária. Temos que fazê-lo com espírito público, procurando ter a responsabilidade de priorizar, de fato, aqueles assuntos ou aquelas situações por que a população mais sofre.

Início falando sobre a minha preocupação com a educação.

Nós já tivemos, na ocasião em que votamos o PLN 4, até um fechamento de questão que uniu oposição, base do Governo, partidos independentes, colocando mesmo uma trava, dizendo: *"Olha, ou o Governo assume o compromisso de garantir o funcionamento das universidades no custeio essencial, liberando mais 1 bilhão de reais, ou nós não nos sentimos à vontade para autorizar um novo crédito suplementar"*. E houve um compromisso.

E nós temos visto com preocupação algumas universidades dando conta de que está faltando dinheiro para custeio, para o básico, para o essencial.



É preciso, sim, austeridade. É preciso sempre analisar se o dinheiro está sendo gasto adequadamente com a formação adequada dos nossos alunos, com responsabilidade. Mas não podemos deixar faltar o que é essencial.

Então é preciso, agora, ao prepararmos o Orçamento de 2020, que tenhamos condição de oferecer para a educação no Brasil aquilo que é necessário para que ela melhore.

Eu me preocupo muito com a educação fundamental. No final do Governo Temer, houve uma verdadeira tragédia, com algo próximo de 2 mil obras sendo canceladas pura e simplesmente. Obras já pactuadas com os Municípios foram simplesmente canceladas, desde a construção até a ampliação de escolas de educação infantil. Isso tudo é muito sério.

Da mesma forma, tenho preocupação com a saúde. Em Minas Gerais, nós nos sentimos extremamente injustiçados. Muitas vezes as pessoas dizem que, como o Estado é grande, ele é rico. O Estado é grande em população, com mais de 20 milhões de habitantes, então, lá não existe pobreza? É claro que existe pobreza! Minas Gerais tem sofrido muito. Nós tivemos uma queda no nosso PIB com os desastres terríveis que aconteceram no início deste ano. E quando vamos analisar o *per capita* da saúde, Minas Gerais está bem abaixo da média nacional. O volume de recursos que vai para o piso de atenção básica — PAB em Minas Gerais, que é da saúde básica, é menor do que o que vai para o resto do País. Quando se multiplica o índice de média e alta complexidade — MAC e se distribui pelos 20 milhões de mineiros, é bem menor. E nós tratamos dos mineiros lá mesmo, e às vezes até de pessoas de outros Estados que vão para lá.

Não tem cabimento um negócio desse! Tem alguma coisa errada! É preciso equalizar a distribuição do dinheiro da saúde. Se o Estado é grande, ele não precisa de recursos? Ele é grande, mas é grande em sofrimento também, é grande em dificuldades também.

É claro que nos orgulhamos da pujança de Minas Gerais, mas também temos a humildade de saber que temos pobreza em Minas Gerais — temos o Jequitinhonha, temos o norte de Minas — e mesmo em regiões mais prósperas, como o centro-oeste mineiro, onde eu vivo, Campo das Vertentes, existe pobreza.



Então, eu estou preocupado com a hora em que formos distribuir o dinheiro para a saúde. Espero que possamos rever esse quadro, principalmente em relação ao MAC, que faz parte da projeção orçamentária.

Sr. Presidente, por último eu queria falar de uma emenda apresentada pela bancada mineira.

Eu não quero dizer apenas que se vai distribuir pela população a emenda impositiva de bancada, agora obrigatória. Eu não quero isso. Eu quero que se trate o assunto com justiça, mas com equidade. Eu também não posso admitir que mandemos o mesmo valor para um Estado de 45 milhões de habitantes, como São Paulo, e para um Estado que tem menos de 1 milhão de habitantes. Ora, o dinheiro não é dividido por Unidade da Federação; é dividido por cidadãos brasileiros. O Orçamento é dos 201 milhões de brasileiros. O imposto é pago por todos os brasileiros. Então, eu queria pedir ao Relator atenção, porque destacamos a nossa emenda.

Presidente, peço que neste intervalo construamos um entendimento. Nem tanto ao mar, nem tanto à rocha!

Eu faço uma última ponderação a V.Exa.

Eu fiz uma análise levando em conta IDH e o Fundo de Participação dos Estados, e fica uma coisa muito próxima, mas que também não seja absolutamente igual.

Então, nós vamos pegar o valor da emenda de bancada, que é impositiva, e vai ser o mesmo valor para um Estado com 45 milhões e para um Estado com 800 mil habitantes. Isso dá uma proporção por habitante de quase dez por um. Quer dizer, um habitante vai receber proporcionalmente dez vezes mais que outro habitante do Brasil. Não é justo! Vamos achar um ponto de equilíbrio? Senão, esse orçamento impositivo não vai prosperar. Quem muito quer nada terá. Nós precisamos achar um ponto de equilíbrio que atenda a todos.

Essa é a defesa da bancada mineira; não é só do Deputado Domingos Sávio. É para que haja justiça.

Eu já conversei com vários outros colegas da Bahia, de São Paulo, do Rio, do Rio Grande do Sul e de todos os Estados, até daqueles que, em tese, perderiam. Primeiro, fizeram um raciocínio assim: *"Agora vão ser 3 bilhões de reais. Então, meu Estado vai ter um valor igual ao de São Paulo"*. Ora, isso não é justo; não é justiça. É preciso que haja equilíbrio.



A minha emenda, de fato, pode ser aprimorada pelo Relator, mas esse assunto não pode ser ignorado.

Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Eu quero me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito.

Eu queria pedir a colaboração de todos para ver se conseguimos votar a LDO hoje. Se forem feitas mais inscrições, com as pessoas falando e...

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma consideração sobre o que o Deputado acabou de dizer a respeito dos recursos da emenda de bancada. Mas, tudo bem, isso pode ficar para o final, depois que se abrir a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estão inscritos ainda o Deputado Hildo Rocha, o Deputado Hercílio Coelho Diniz, o Senador Oriovisto Guimarães, o Deputado Nelson Pellegrino, o Deputado Rodrigo de Castro e a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Por mim, pode abrir a votação, e eu falo depois de a votação estar aberta. Não há nenhum problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se houvesse a concordância, eu queria encerrar a discussão. Suspenderíamos esta sessão por 20 a 30 minutos, para o Relator negociar com os...

Tem a palavra o Relator.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Eu queria pedir exatamente isso. Encerramos os destaques, e V.Exas. me liberam 10 minutos para eu me sentar com a assessoria sozinho, ver o que eu já consigo acatar de cara, para não haver outro tipo de discussão. Depois nos sentamos para fazer a discussão aberta, destaque por destaque, para eu fazer a complementação de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aqui ou lá?

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Lá. Eu vou lá e volto.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem.

Não pode ser encerrada a discussão enquanto pelo menos cinco oradores não tiverem falado. Está no quarto; eu serei o quinto.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Se houver acordo, pode.



**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Mas acordo sem Hildo não vale.  
(*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar a discussão. Vamos encerrar a apresentação de destaques. O Deputado Cacá Leão vai se reunir com a assessoria, e continuamos a discussão. Pode ser assim?

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Não, porque ele é o Relator. Eu tenho que convencê-lo, Sr. Presidente. Pelo menos da minha parte, eu tenho que convencê-lo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Então converse com ele lá dentro, Hildo, porque aqui ele não se convence de nada. (*Risos.*)

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Enquanto ele não balançar a cabeça ali, eu vou falar meia hora.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Deputado Hildo, quem sabe aquela iluminação que V.Exa. teve ele possa ter também?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Se nós fizéssemos uma proposta para cada um falar por 3 minutos, todos concordariam, para agilizarmos isso?

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Tudo bem, eu concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, grande Presidente desta Comissão, homem sensato, prudente, competente e correto.

Quero cumprimentar o Deputado Cacá Leão, Relator do PLN 5, e o Vice-Presidente Dagoberto.

Eu ouvi os Deputados que me antecederam e gostei da proposta do Deputado Bohn Gass. De fato, nós temos que rever esse percentual que a Caixa leva em relação aos convênios. Isso acaba tirando recursos da meta que deveria ser alcançada. O hospital que deveria ser feito acaba ficando um hospital pela metade, porque uma parte vai para a Caixa Econômica, que cobra um preço muito alto. Então, acredito que essa proposta do Bohn Gass é correta e viável. Espero que o Relator possa rever essa posição.

Também acho que 4% ainda é uma porcentagem muito alta. Hoje nós quase não temos inflação, o juro baixou, está tudo baixando. Por que a Caixa quer receber tanto pelo pouco que ela faz? De cada cem contratos feitos pela Caixa, pelo menos 90 têm



problemas. Então, nós temos que remunerá-la adequadamente, mas não pode ser uma agiotagem em cima dos Prefeitos e dos Governadores.

Com relação às propostas que eu fiz, nós agora temos as emendas de bancada impositivas, e a nossa bancada escolheu três, que eu acredito que não se viabilizem até o orçamento. Deputados e Senadores também apresentam as suas, para tentar enquadrá-las lá dentro como uma das emendas da bancada. Essa é a nossa proposta.

Sobre a minha proposta já conversei com V.Exa., sei que V.Exa. vai rever.

Uma delas é a duplicação da BR-222 no pequeno trecho que é o que mais dá problemas, que mais acidentes tem: de Miranda do Norte até Santa Inês. É um trecho pequeno, que pode ser contemplado inclusive com recurso da emenda de bancada mais à frente, quando vier a Lei Orçamentária.

A outra também é uma duplicação, a da BR-010. Inclusive, o próprio Ministro Tarcísio, com o Líder do Podemos, que é de Goiás, anunciou que vai duplicá-la até o Pará. A minha proposta é que ela seja duplicada dentro do Maranhão, um pequeno pedaço. Essa é outra proposta.

Eu também gostaria que fosse revista a questão dos recursos do FNDE. Hoje, o FNDE, que financiou algumas creches, algumas escolas, tem dificuldade de financiar a conclusão dessas obras. Então, nós temos que dar um jeito. E nós temos uma proposta.

Sr. Presidente, era isso.

Fiquei dentro dos 3 minutos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, Deputado Hildo Rocha.

Vamos ao Deputado Hercílio Coelho Diniz.

**O SR. HERCÍLIO COELHO DINIZ** (Bloco/MDB - MG) - Boa tarde, Senador Marcelo.

Boa tarde, Relator Cacá. Cumprimento os colegas.

Vou ser bem breve e bem curto.

Foi feita uma emenda minha, o Destaque 16, a respeito de uma ponte no Município de Governador Valadares, na BR-116. O trecho é urbano. O trecho que corta a cidade já está duplicado e está faltando apenas essa ponte, que tem um tráfego de cerca de 30 mil veículos por dia, com acidentes diários. Quando isso ocorre, há necessidade de ser feito um desvio de quase 300 quilômetros.



Faço um apelo para que essa emenda seja acatada.

O Relator Cacá vai para uma reunião agora. Peço a S.Exa. e aos colegas mineiros sensibilidade para apoiar esse destaque.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ótimo. Se todos fossem como o Deputado Hercílio Coelho, nós...

*(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

**O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES** (PODEMOS - PR) - Sr. Presidente, eu quero usar estes 3 minutos para insistir em assunto sobre o qual já conversei com o Deputado Relator do nosso PLDO e falar de novo em assunto que já foi tratado aqui, que é a questão do Fundo Eleitoral.

Eu tenho recebido muitas solicitações de diversos Senadores, e, inclusive, de alguns Deputados que foram conversar comigo, da imprensa e de muitos eleitores, que falam que, na verdade, da forma como está o texto, Deputado Relator, nós não estamos instalando um freio às despesas do Fundo Eleitoral; estamos instalando um elevador, que vai fazer com que esse valor suba por volta de 2 bilhões de reais.

Então, eu apresentei o Destaque nº 84 e peço, por favor, que se examine a situação, porque, como o senhor bem disse — eu ouvi a sua explicação hoje nesta Comissão —, isso vai ser realmente decidido lá na frente, na LOA, e nós vamos sofrer um desgaste desnecessário. A nossa imagem como políticos vai ser violentamente desgastada junto à população e, ao fim e ao cabo, vai sobrar só o desgaste, porque, como V.Exa. mesmo admitiu para mim, a correção que vai acabar sendo feita será apenas e tão somente a da inflação, pelo IPCA — eu estou repetindo as suas palavras, o que V.Exa. me disse.

Se nós sabemos que, ao fim e ao cabo, a correção só vai ser feita pelo IPCA, porque não escrever isso desde já? Isso é algo absolutamente defensável.

Quero dizer que eu sou a favor do Fundo Eleitoral. Eu apoio totalmente a ideia de que tem que haver financiamento público das campanhas. Eu não sou contra isso. Todos nós apoiamos essa ideia. Mas acho que nós vamos sofrer um desgaste inútil com o texto do jeito que está, e, ao fim e ao cabo, isso não vai resultar em nada.



Então, eu peço a sua atenção e a dos colegas.

Mandei uma carta a V.Exa. e mandei cópia a todos os membros desta CMO. Nela explico os motivos, explico a interpretação da lei, porque, numa leitura calma e tranquila da lei, não há essa ausência de freio que V.Exa. aponta. Pelo contrário, a lei limita aquilo que foi dado na última eleição, e para corrigir o valor nós vamos ter que nos valer, inclusive, de interpretação constitucional. Mas eu acho justo que se corrija o valor pela inflação e sei que o senhor também acha.

Nós não precisamos passar pelo desgaste por que vamos passar se o texto continuar como está. Esse desgaste da classe política é, eu diria, desnecessário.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Senador Oriovisto Guimarães.

Vamos ao próximo orador, que é o Deputado Nelson Pellegrino.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Sr. Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro; Deputado Dagoberto; Relator Cacá Leão, eu acho que o Relator fez um esforço grande para nós produzirmos um relatório de síntese que nós possamos aprovar aqui na Comissão.

Para não prolongar muito a minha fala, quero endossar as sugestões do Deputado Bohn Gass. Acho que o Deputado Cacá poderia e vai avaliá-las com boa vontade.

A minha fala vai mais no sentido da preocupação que eu manifestei no Colégio de Líderes e que eu queria reforçar aqui. Nós fizemos um acordo para a votação do PLN 4 que envolveu o Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro, o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, a Líder do Governo, todas as Lideranças aqui e os Plenários da Câmara, do Senado e, conseqüentemente, do Congresso Nacional.

O acordo foi o de que não faltaria dinheiro para as universidades. E eu tenho relatos. Conversei tanto com o ex-Presidente da ANDIFES, o Prof. Reinaldo, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, como também com o Reitor da Universidade Federal da Bahia, o Prof. João Carlos, e ambos me relataram que a situação das universidades é muito difícil. Está havendo um repasse de recursos que chega a ter um corte 30%. Então, universidades que precisam de 5 milhões de reais estão recebendo 2



milhões, 3 milhões. As que precisam de 7 milhões, 8 milhões, estão recebendo 3 milhões, 4 milhões. E os Reitores já estão começando a pedalar; estão começando a deixar de pagar compromissos. Não estamos discutindo investimento; estamos discutindo custeio.

E houve esse compromisso de que não existiria solução de continuidade no funcionamento das universidades até agosto e até o final do ano — agosto foi quando havia uma previsão em termos de programação.

Nesse sentido, tivemos uma reunião hoje no gabinete do Presidente com o Deputado Claudio Cajado, que é Vice-Líder do Governo. A Deputada Joice Hasselmann já passou aqui e me fez uma consulta sobre a possibilidade de haver acordo para a votação da LDO aqui na Comissão hoje. Eu disse que sim, desde que o Governo cumprisse as suas obrigações.

Então, a nossa expectativa é de que na próxima terça-feira tenhamos uma reunião com o Ministério da Educação e com uma pessoa da Economia para fazer uma programação até o final do ano, a fim de que não haja solução de continuidade no funcionamento das universidades em relação ao custeio e em relação às obrigações básicas — fora os investimentos, que precisam de outra discussão — e também, Sr. Presidente, em relação à ciência e à tecnologia, porque uma série de pesquisas estão sendo paralisadas.

O Deputado Claudio Cajado fazia um relato sobre a questão do Minha Casa, Minha Vida, que precisa de 400 milhões de reais e está recebendo 250 milhões — há um esforço para regularizar essa situação —, e há o acordo que nós fizemos e que esperamos que seja cumprido para que haja, digamos assim, um conforto para que possamos votar no plenário do Congresso Nacional o relatório da LDO, que é importante para que, quando a peça orçamentária chegar, no final do mês, já esteja de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O meu registro é nesse sentido. Espero que na semana que vem avancemos em relação a esses itens, para que possamos ter conforto para votar a LDO na semana que vem ou na seguinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo de Castro.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, nós estamos apresentando quatro destaques. Dois são de autoria do Senador Izalci Lucas, os



quais estou assinando por ele não estar aqui. Um prevê mais recursos para a ciência e tecnologia, que é um tema da maior importância.

Tenho certeza de que o Relator, Deputado Cacá Leão, é sensível ao tema. Áreas como educação e saúde já receberam esse tratamento, e nós sabemos que a ciência e tecnologia vivem um ataque hoje em dia. O Orçamento foi cortado, e há um caos instalado no Brasil devido a essa questão. Para fortalecer a ciência e tecnologia, nós estamos pensando no Brasil de maneira estratégica.

Também na questão da educação, o Senador Izalci se preocupou com o custo total dos alunos, e nós estamos apresentando também esse destaque.

Por parte do Senador José Serra, nós temos assinado um destaque que prevê o Plano de Revisão Periódica de Gastos, que servirá de base para as decisões sobre o financiamento de programas e projetos da administração pública federal.

Esse é um destaque para o qual pedimos muita atenção ao Relator, porque ele praticamente não envolve o remanejamento, mas é mais uma questão de conceito. Portanto, é muito importante.

A bancada de Minas Gerais nos pediu — é claro que nós estamos muito sensíveis ao tema —, e o Deputado Domingos Sávio já explicitou muito bem que há hoje um desbalanceamento muito grande no tocante às emendas de bancada, em termos de divisão pelo País. Há um critério por Estado, e nós estamos defendendo um critério por população, por entendermos que é mais justo. Mas é claro que nós sabemos que a solução para essa questão tem que se dar através de um consenso; através, realmente, de um acordo grande entre nós todos.

Com esse nosso destaque, nós convidamos os nossos pares para nos sentarmos e encontrarmos uma saída, seja uma que inclua também, por exemplo, o IDH, mas que seja mais justa e que não prejudique uma parte em detrimento da outra.

Essas são as minhas manifestações.

Eu peço o apoio não só do Relator, mas também dos meus pares.

Eu fui rápido, meu Presidente. V.Exa. tem que elogiar o seu primo pobre também. Falei sobre quatro destaques no meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Parabéns ao nobre Deputado, meu primo rico, Rodrigo de Castro, pelo cumprimento rigoroso do tempo!

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.



**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Eu estava somando aqui, Presidente. Espera aí!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ao próximo inscrito.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Não, eu já vou. *(Pausa.)*

V.Exa. pode chamar mais um e depois me chamar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo!

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Senador Luiz do Carmo.

**O SR. LUIZ DO CARMO** (MDB - GO) - Sr. Presidente, quero só ajudar no debate.

O Senado aprovou a PEC 61/15 há uns 2 meses e a mandou para a Câmara dos Deputados. Lá, realmente, o pedágio repassado para a Caixa Econômica Federal isenta todo mundo. Então, os colegas Deputados Federais têm simplesmente que pegar essa PEC — faz uns 45 dias que nós a enviamos — e aprová-la. Aí todo repasse que nós fizemos vai direto para as Prefeituras, e não vai haver o pedágio da Caixa. Inclusive, quem propôs isso foi uma Senadora do PT.

A matéria foi aprovada lá no Senado há uns 45 dias na PEC 61.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem!

Vamos ouvir agora a última inscrita, a Senadora Kátia Abreu.

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Sr. Presidente, obrigada.

Eu gostaria apenas de fazer uma argumentação com os colegas Deputados que apresentaram as suas razões a respeito da divisão da emenda de bancada apenas para lembrar que, quando pedimos justiça, eu acho que não podemos pensar apenas em um detalhe, em uma questão específica. Vamos fazer justiça no todo.

Na verdade, com relação às emendas individuais — cada um tem direito a 15 milhões de reais —, se nós pegarmos Minas Gerais, por exemplo, que tem 53 Deputados, e multiplicarmos por 15 milhões, já teremos 795 milhões. Com mais 300 milhões, o valor vai chegar a 1 bilhão de reais. Agora, se nós pegarmos a grande maioria dos Estados do Brasil, temos de 8 até 15 Deputados. Se nós multiplicamos por 15, já estamos no prejuízo. Fora do Sudeste e do Sul do País, só Pernambuco tem 25 Deputados. O



restante dos 18 Estados do Brasil tem todos uma minoria. Então, nós já estamos no prejuízo faz tempo.

Portanto, com esse orçamento de 300 milhões de reais, sinceramente, desculpem-me pela expressão que usamos no interior, V.Exas. estão *"pegando o boi"*, porque estão levando o mesmo tanto que nós. Na verdade, nós deveríamos ser beneficiados com mais recursos. E, se nós formos à questão do IDH, esqueçam; aí V.Exas. não vão ficar com nada, nem com a emenda individual.

Desculpem-me pela brincadeira. Não estou sendo atrevida nem ofensiva.

Fora as emendas de bancada, agora raciocinem com relação à renda *per capita*.

Nós, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, temos literalmente a metade da renda *per capita* das Regiões Sul e Sudeste do País. Então, se for por uma questão regional e de justiça, eu quero dizer que todo o Brasil paga impostos e a metade da população paga imposto indireto no consumo — que é a grande maioria dos pobres deste País, que estão nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E posso ficar aqui o dia inteiro desfiando o rosário para justificar esses 300 milhões para cada Estado e mostrar que nós estamos gentilmente abrindo mão para que os Estados ricos também recebam 300 milhões.

Na verdade, eles deveriam é lutar por um Brasil mais igual e doar para nós esses 300 milhões, para que pudéssemos alcançar um patamar ainda maior de renda e justiça social no nosso País.

Muito obrigada pela oportunidade...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. KÁTIA ABREU** (PDT - TO) - Ah! Eu sei! Eu tenho o maior carinho do mundo pelas Minas Gerais, mas justiça é justiça!

Obrigada, Sr. Presidente.

**(Não identificado)** - Meus parabéns, Senadora Kátia! V.Exa. está certa.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Presidente, tenho só uma dúvida. Enquanto o Deputado Cacá vai se reunir com a assessoria, a discussão vai continuar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Nós vamos suspender a reunião por uns 30 minutos, enquanto o Deputado Cacá Leão se reúne com a assessoria dele e com os Deputados e Senadores interessados. Mas eu estou achando que não vai dar tempo de votarmos hoje, porque a Ordem do Dia no Senado está na iminência de começar.



**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, tenho só uma informação, que preocupa com certeza todos nós: a assessoria acaba de me informar que o PLN 18, que está vindo agora, que trata dos 3 bilhões para o repasse em apoio às emendas, está retirando mais de 1 bilhão da educação. Espero que isso não se confirme.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - Presidente Marcelo, se a Comissão não votar hoje, não vai votar amanhã, porque eu mesmo vou embora.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Votaremos.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL - PA) - Suspenda a reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos suspender a reunião, então, por 30 minutos...

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - Suspenda por 30 minutos, para resolver e votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Esperem só um instante, por favor.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estão apresentando destaques ainda?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu queria usar da palavra, se V.Exa. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Eu penso que ainda podem existir alguns oradores inscritos para discutir a matéria, mas a minha preocupação é que nós estamos num esforço concentrado para a votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, e é possível que amanhã nem painel exista. Então, como nós fizemos um acordo sobre esta matéria...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Amanhã é quinta, mas eventualmente vai se encerrar a reforma da Previdência hoje. Esse é o acordo com os partidos. Então é possível que amanhã nós tenhamos um esvaziamento natural, acrescido da não abertura de painel.



Então, se todos concordarem que nós podemos, Presidente Marcelo Castro, suspender a reunião e deixar para amanhã, mantendo o painel, e, por acordo, votar, eu acho que não há problema. Todos nós poderemos conversar com o Relator e discutir os destaques com mais calma, se V.Exa. assim entender, porque, como está acordado, nós não teremos surpresa com relação à manutenção do painel e à votação em consenso.

Então, se os Líderes concordarem, nós não ficaríamos aqui...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Presidente, por gentileza, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero consultar os demais Parlamentares, sobretudo os da Oposição.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Sr. Presidente, nós não temos nenhum problema em votar amanhã, mas tenho duas observações a serem feitas.

Primeiro, nós só topamos votar amanhã a LDO, nada mais do que a LDO amanhã.

Segundo, nós temos o problema dos destaques. Como é que vamos resolver o problema dos destaques? O destaque pode envolver rejeição por parte do Relator, ele tem que ser votado, ou não vai ter votação ou vai ter acordo para incorporar o destaque?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Permita-me, Presidente, se o Relator, o Deputado Cacá Leão, vai conversar com os autores dos destaques, os que ele acatar estão acatados. O restante vai ser votado em bloco, vai ser rejeitado.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Não necessariamente em bloco, porque também pode ter acordo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Então, não tem acordo, se o Deputado Cacá Leão está sugerindo fazer uma reunião.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Deputado Cajado, V.Exa. me permite uma sugestão?

O Deputado Cacá Leão vai fazer um esforço para poder acolher o máximo possível, e nós podemos escolher dois ou três que sejam mais simbólicos, botamos para destacar, votamos simbolicamente e incorporamos ao relatório do Deputado Cacá Leão, depois, no plenário, resolvemos.

Há essa questão do critério de partilha, se for o caso, alguma coisa assim.



**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Se cada Deputado propuser essa ideia, não faz sentido o que o Deputado Cacá Leão queria, que era justamente suspender a sessão para acordar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ser prudentes.

Vamos suspender a sessão por 30 minutos. Vamos deixar o Deputado Cacá Leão se reunir com a assessoria dele, depois, se reunir com os Deputados e Senadores interessados nos destaques. Depois desses 30 minutos, nós tomamos a deliberação se votaremos hoje.

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Melhor que seja hoje. Agora, se não puder...

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Presidente, só uma pergunta.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Quero fazer uma sugestão, Presidente.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Não é prudente, até porque não tem como votar agora sem sentar para discutir os destaques, porque senão vai ficar sem destaque, aí é até pior.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós só vamos votar depois de resolvido o problema do destaque.

Tem a palavra o Deputado Hildo Rocha.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Eu quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois, não.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - Pode ser suspensa a sessão aqui na Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro.

**O SR. HILDO ROCHA** (Bloco/MDB - MA) - ... e o Senado começa a sua sessão lá, assim que terminar no Senado, como vamos ter que votar até tarde aqui na Câmara mesmo, podemos retomar às 18h30min ou às 19 horas, tranquilamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos esperar para ver como vai evoluir.

Por isso que eu disse que, daqui a meia hora, deliberamos como vamos fazer.

Então, eu vou encerrar a discussão.



**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, só como acordo de procedimento...

**O SR. NELSON PELLEGRINO** (PT - BA) - Presidente, questão de ordem.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Presidente, estou inscrito para discutir.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Há mais Deputados inscritos para discutir, há destaque sendo apresentado, pelo que eu soube.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Estou inscrito para discutir, existe destaque sendo apresentado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, eu ainda estou fazendo a questão de ordem.

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - O Senador Izalci Lucas está concluindo a apresentação de um destaque, Sr. Presidente, e há pessoas inscritas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Senador Izalci Lucas?

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - A Comissão de Finanças e Tributação também está concluindo, Presidente, a apresentação de um destaque, eu estou inscrito para discutir.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, só quero concluir o meu posicionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois, não, Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Acho que V.Exa. pode suspender a sessão, voltá-la hoje ainda ou amanhã, não tem problema.

A questão que eu coloco é a seguinte: não faz sentido o Relator pedir para suspender a sessão para conversar com cada um dos autores dos destaques, aquiescer ou não, acordar, e nós voltarmos para poder ter mais destaques para votar.

O acordo pressupõe o entendimento de que voltando para cá, nós vamos votar os destaques em bloco para rejeitar, porque ele vai acatar, com outra errata, com uma complementação de voto. Não é isso?

Então, não faz sentido suspender a sessão...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DOMINGOS SÁVIO** (PSDB - MG) - Então, não vai suspender a sessão, vão continuar falando outros inscritos, como o Deputado Celso Sabino.



*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante, por favor. Vamos com calma. Aqui é a Comissão do consenso, do entendimento, da racionalidade, sem muitas emoções. A ideia é encerrarmos a discussão agora e suspendermos a sessão por 30 minutos. Depois desses 30 minutos, veremos se começou a Ordem do Dia no Senado. Se começou, nós não podemos votar. Se a Ordem do Dia do Senado não for até muito tarde, nós podemos nos reunir novamente aqui ainda hoje e votarmos a LDO.

Até lá, nós tentaremos construir um consenso, por meio do entendimento, assim como o Deputado Cacá Leão tem feito até agora. Vi a intervenção de vários Parlamentares aqui elogiando o trabalho dele, o acatamento das emendas que ele fez, foi sensível aos argumentos e tudo o mais.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O Deputado Celso Sabino, que tem insistido muito para falar, tem a palavra.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Quero fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Deputado Hiran Gonçalves, vai fazer uma questão de ordem?

**O SR. HIRAN GONÇALVES** (Bloco/PP - RR) - Obrigado, Deputado Sabino.

Eu queria solicitar ao ilustre Relator, isso é uma solicitação do Senador Izalci, que está de licença médica, está com pneumonia, que nós pudéssemos acatar essa emenda de texto nº 7108008, que viabiliza a construção do anel viário de obras nas rodovias estaduais aqui do Distrito Federal.

Eu queria deixar consignada essa solicitação do Senador Izalci.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É um destaque?

**O SR. HIRAN GONÇALVES** (Bloco/PP - RR) - Perfeito.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Já está destacado.

Com a palavra o Deputado Celso Sabino.

**O SR. CELSO SABINO** (PSDB - PA) - Antes que V.Exa. encerre a discussão, primeiramente, quero agradecer a V.Exa. a oportunidade de conceder a palavra de forma



republicana, como sempre faz aqui a todos os membros da Comissão Mista de Orçamento desta Casa.

Quero acompanhar as palavras da Senadora Kátia Abreu, que muito bem colocou essa questão federativa brasileira, em relação a vários aspectos. Quero complementar as palavras da Senadora, colocando também a questão da CIDE, da repartição da parte que cabe aos Estados. Por exemplo, Senador, entendeu-se no Brasil de se federalizar muitos assuntos importantes, como a energia, mas outros não são federalizados da mesma forma.

Relator Cacá, a parte da CIDE que é repartida entre os Estados, vejam bem, Sras. e Srs. Deputados e Sras. e Srs. Senadores, é proporcional ao número de estradas asfaltadas que cada unidade federativa tem. Ou seja, quem tem mais terá a oportunidade de ter mais ainda, quando deveria ser inversamente proporcional.

Vemos Estados que possuem mais da metade da sua malha estadual privatizada. Então, conseguem ter arrecadação nas duas pontas, porque alugam a sua estrada ainda têm uma receita maior proporcionalmente com a CIDE, porque têm mais estradas asfaltadas. Isso é um verdadeiro esdrúxulo da Federação brasileira.

Como disse há pouco, em relação à parte da energia, o outro absurdo é que, com esse discurso de se federalizar a energia no Brasil, Senador, aquele consumidor que mora do lado da Hidrelétrica de Belo Monte ou do lado da Hidrelétrica de Tucuruí paga a mesma taxa, que teoricamente seria para o transporte da energia, que o consumidor que mora a 3 mil quilômetros da hidrelétrica. É a mesma taxa. Veja que absurdo!

Eu gostaria de defender um destaque que está sendo apresentado agora — é uma questão de apenas alguns minutos. O assessor do Presidente Sergio Souza, da Comissão de Finanças e Tributação, está apresentando autorização para este Parlamentar apresentar um destaque em relação a uma emenda, Deputado Cacá. Essa emenda foi feita pela Comissão de Finanças e Tributação e inclui a previsão — atenção, Parlamentares que são de Estados produtores de minério, de energia, de petróleo, de todos os Estados que têm recursos a receber da União pela não compensação com as perdas da Lei Kandir — de que seja disponibilizada uma rubrica para, quando da elaboração do orçamento do ano que vem, tenhamos a disponibilidade de colocar recursos para que a União possa fazer a compensação pelas perdas que os Estados têm com a Lei Kandir.



Lembro que ano passado e este ano o disposto para as compensações com as perdas com a Lei Kandir foi de zero. Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e o nosso Pará têm contribuído com a Nação para o equilíbrio da balança comercial, para a estabilidade da inflação, para o controle da economia. Todos esses Estados fazem jus, segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, transitado em julgado — já foi dado ao Congresso Nacional um prazo, que foi descumprido —, para regulamentar a forma como seriam essas perdas. Os Estados pacificamente fazem jus a uma compensação pela União, que determinou que essa compensação ano passado e este ano seria zero. Queremos que, no próximo ano, tenhamos um remédio para minimamente suprir a demanda desses Estados que carecem de recursos. A União deve a eles, o que já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Eu sei que foi solicitado aqui o destaque do Senador Izalci, mas peço a V.Exa., com toda a competência e qualidade do seu serviço, que é inegável — vários Parlamentares já se manifestaram aqui nesse sentido — que receba com muito carinho esse destaque e o inclua como sendo seu. Assim, poderemos votá-lo já dentro do texto. Esse destaque prevê a inclusão de uma rubrica para que, na discussão do orçamento, tenhamos onde colocar os recursos que forem definidos num momento futuro para as compensações pelas perdas que os Estados têm com a aplicação dos dispositivos da Lei Kandir.

Presidente, perdoe-me pelo adiantado do tempo. Agradeço a V.Exa. a concessão da palavra.

**O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA)** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI)** - Eu peço ao Deputado Nelson Pellegrino e ao Deputado Rodrigo de Castro que usem a palavra só para não dizerem que não falaram.

**O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA)** - É uma questão de encaminhamento para a reunião. Eu acho que é mais prudente suspender por 1 hora do que por 30 minutos. Eu acho que 30 minutos não serão suficientes para o Deputado fazer esse ajuste. Acho mais prudente suspender por 1 hora, que é o tempo para a sessão do Senado se desenrolar. É mais prudente suspender por 1 hora.

**O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI)** - Vamos ficar no meio-termo: 40 minutos.



**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, quero chamar atenção para um destaque do Deputado Valtenir Pereira, do MDB do Mato Grosso, para a preservação da destinação mínima de recursos para a Defesa Civil, referente ao montante equivalente da Lei Orçamentária de 2019 para a execução obrigatória no exercício de 2020.

A Defesa Civil é da maior importância para todo o Brasil. V.Exa., inclusive no seu Estado, sabe da importância dela no combate à seca e no combate aos episódios. E o que nós temos visto — o Deputado Cacá Leão da mesma maneira no seu Estado da Bahia, e eu, no Vale de Jequitinhonha, no norte de Minas — é cada vez mais um arrocho em cima da Defesa Civil.

Nós sabemos, na ponta, a necessidade que os nossos Municípios têm das ações da Defesa Civil, que são absolutamente insuficientes frente às necessidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Perfeito.

**O SR. RODRIGO DE CASTRO** (PSDB - MG) - O Coronel Lucas tem feito um grande trabalho. Eu peço ao Relator Cacá Leão, e ao Presidente também — que eu sei que é uma pessoa sensível para este tema — uma atenção especial para a Defesa Civil tão necessária para os nossos Estados e para a nossa população.

Louvo o trabalho do Deputado Coronel Lucas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Concedo a palavra ao último inscrito, por 1 minuto, ao Deputado Vicentinho Júnior, como sempre muito breve.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - Note bem o volume de destaques que temos apresentado para apreciação do Relator Cacá. Por que nós, para primar pela agilidade da votação...

Deputado Hildo Rocha, quando V.Exa. fala, eu faço sempre silêncio para ouvi-lo, então, permita-me um momento de silêncio?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Por favor, vamos ouvir o Deputado.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - Para primar pela agilidade, por que não votamos ressaltados os destaques para poder votar o relatório do Deputado Cacá Leão?

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - A complementação de voto é para tentar acatar os destaques.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - E o restante em bloco?



**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - E o restante nós vamos discutir.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a discussão.

Está suspensa a reunião por 40 minutos. Estaremos de volta às 17h40min. Está encerrado o prazo de destaque também.

*(A reunião é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização.

Ordem do Dia.

Retomaremos a apreciação do relatório da LDO 2020.

Durante a reunião realizada ontem, aprovamos a alteração no parecer preliminar da LDO, o relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE e encerramos a discussão do relatório final apresentado e das Complementações de Voto nºs 1 e 2, bem como o prazo para apresentação dos destaques.

Foram apresentados 100 destaques.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Cacá Leão, para apresentar a Complementação de Voto nº 3 e fazer os esclarecimentos finais.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, agradeço a V.Exa. Agradeço também aos nossos pares a confiança para que pudéssemos preparar mais uma complementação de voto para tentar, no diálogo, resolver alguns impasses. Esta complementação foi feita basicamente sobre os destaques que haviam sido apresentados.

Como V.Exa. disse, foram apresentados 100 destaques, e acatamos na Complementação de Voto nº 3 os Destaques nºs 1, 3, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 30, 31, 32, 36, 37, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 66, 67, 80, 81, 82, 85, 91, 94, 95, 96, 97.

Acatamos parcialmente, tendo ficado prejudicados os Destaques nºs 19, 20, 34, 40, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 75, 77, 83, 89, 90, 92 e 99.

Foram rejeitados os Destaques nºs 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 84, 86, 87, 88, 93, 98 e 100.

Sr. Presidente, essa é a nossa complementação de voto.

Quero aproveitar ainda esta oportunidade para agradecer à Liderança do Governo aqui nesta Comissão, em nome do Deputado Claudio Cajado, meu colega de partido, conterrâneo do Estado da Bahia. Quero agradecer também à Oposição, em nome do Deputado Bohn Gass, amigo também de longa data, que se faz presente, e do Deputado Nelson Pellegrino, que esteve sempre aberto ao diálogo. Queria agradecer aos Deputados também que se fazem presentes.



Quero fazer um agradecimento especial ao Deputado Lucas Gonzalez, do Partido Novo. Deputado Lucas, é uma felicidade trabalhar com V.Exa. nesta Comissão. V.Exa. mostrou que não é grande apenas no tamanho, mas também no diálogo, na discussão. Todas as vezes em que tivemos embates, antes de se posicionar, V.Exa. sempre nos procurou e demonstrou a sua posição, procurou entender e tentar nos convencer do seu posicionamento. Agradeço a V.Exa.

Quero agradecer também ao Deputado Dagoberto, Vice-Presidente desta Comissão, ao Senador Marcelo Castro, que também tem feito um brilhante trabalho e tem sido um parceiro importante nosso neste trabalho, e ao Deputado Domingos Neto, Relator da LOA. Procuramos aqui fazer o trabalho o mais transparente possível, para que o Deputado Domingos Neto tenha toda a tranquilidade e facilidade para relatar a LOA.

Finalizando as minhas palavras, quero agradecer à Assessoria da CONOF, da Comissão de Orçamento, em nome do Graciano, a parceria de trabalho que fizemos. Foram feitos praticamente três relatórios, graças a Deus e graças à competência de toda a Assessoria da Comissão de Orçamento. Quero agradecer ao meu gabinete também, em nome do Eduardo e do Raphael, que sempre estiveram ao nosso lado nesta discussão. Quero agradecer ao Walbinson, Secretário desta Comissão.

Podemos até ser, Presidente Marcelo Castro, mal interpretados em alguns momentos, mas temos certeza de que fizemos o melhor possível. Temos certeza de que temos construído uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que fará com que o ano de 2020 consiga ter um orçamento e um Brasil pujante, como todos nós esperamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem, nobre Deputado Cacá Leão.

Vamos então...

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Faço apenas uma correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - O Destaque 90 foi rejeitado; está prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tudo bem.

Passamos agora à votação do relatório. *(Pausa.)*

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, só uma questão de ordem. É uma informação que eu quero solicitar a V.Exa.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Senador Marcelo Castro, é um novo relatório, porque houve alteração. É uma complementação de voto. Mas, como é complementação de voto, regimentalmente, eu deveria ter o direito de poder falar, porque é uma nova situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Eu só quero falar se estiver amparado regimentalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tranquilo, pode falar.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Está bem. Serei breve.

Quero trazer uma preocupação para os colegas Deputados e Senadores.

O Deputado Cajado está no esforço para que possamos ter uma reunião antes da sessão do Congresso — foi esse o diálogo que nós tivemos ontem —, frente aos cortes que são feitos na área da educação. Eu queria ter essa confirmação formal aqui, não é Deputado Dagoberto? Eu acho importante que isso seja explicitado em todos os debates, porque foram feitos de forma transparente perante a sociedade brasileira.

Que possamos nos reunir com as universidades, com os institutos federais tecnológicos, para debater o tema da educação. São as bolsas, que têm a ver com o CNPq, as universidades, os institutos federais tecnológicos, com o Governo, o MEC e alguém da Economia. É importante isso, porque o que as universidades precisam... Eles têm afirmação do Governo: *"Não vai ter corte, o Governo vai mandar os recursos"*. O Governo diz isso, os Deputados reproduzem isso aqui, mas nós queremos construir um calendário efetivo de compromisso acertado com as entidades. E não é o Senador que vai falar, não é o Deputado que vai falar. É o Governo, com essa aproximação.

Acho que cabe — e é muito salutar na democracia — a esta nossa Comissão aproximar as nossas universidades do Governo. Queria ter do Deputado Cajado essa confirmação, para que não possamos ter a representação das instituições de educação do País, que são as nossas universidades...

Queria acrescentar uma preocupação extraordinária, que apareceu a partir de ontem. A imprensa dava conta que o Governo mandaria um PLN para esta Comissão e



para o Congresso Nacional para alcançar aos Deputados que votaram na reforma da Previdência os recursos prometidos.

Esse PLN, Senador Marcelo Castro, veio no dia ontem: PLN 18. Quase foi 17, mas ele ficou com o número 18. Ele tem características de 17, mas é o 18. Corte na educação. Senhores, eu tenho aqui o PLN 18: 3 bilhões e 41 milhões e 359 mil e 744 reais de corte, corte. Atenção, não é contingenciamento! Corte! Sabem onde será feito o maior corte? Exatamente, Deputado, na educação.

Desses 3 bilhões, 1 bilhão e 156 milhões e 538 mil e 536 reais sairão das nossas universidades. Eu fiz com a assessoria um estudo rápido de ontem para hoje. Liste as universidades do País. Gostaria de alcançar inclusive para cada Deputado que está aqui, porque as universidades dos seus Estados terão corte. Por exemplo, estava falando com o Deputado Dagoberto. Na Universidade Federal de Mato Grosso...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir silêncio, por favor, ou pelo menos que colaborem, falando um pouco mais baixo.

Obrigado.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul são 42 milhões e 986 mil reais. Eu tenho o valor de todas as universidades, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, daqui de Brasília, dos institutos do Rio de Janeiro. Eu peguei os valores referentes ao instituto federal do meu Estado, do Rio Grande do Sul. Haverá um corte de mais de 1 bilhão.

Nós estamos fazendo o contrário, e o Governo está cortando. Nós queremos os recursos, e o Governo está cortando. Isso aqui é corte, isso aqui não é contingenciamento. Isso aqui não retornará, mais de 1 bilhão.

Presidente, V.Exa. há de compreender que estamos fazendo todo o esforço para votar a LDO, que não foi votada no primeiro semestre, quando deveria ter sido votada. Nós estamos numa convocação. Nós a suspendemos ontem em decorrência das votações feitas. Mas eu não posso — e aqui quero dar exatamente a nossa opinião — votar a LDO hoje de manhã se não tiver a garantia de que nós teremos nas próximas horas essa reunião com o Governo. Ou os institutos federais tecnológicos e as universidades têm a garantia, com um cronograma, de que não haverá corte... Eu não quero que nenhum aluno, que nenhum jovem, que nenhuma criança neste País chegue a



dezembro sem ter concluído seu ano letivo. Nós aqui estamos tratando da educação do País. E nós corremos o risco, com os cortes que o Governo Bolsonaro está fazendo, de chegar ao final do ano sem bolsa para pesquisa, sem estrutura nas universidades para manutenção das escolas, sem permanência dos estudantes, sem conclusão das aulas com a qualidade de que precisamos.

Essa é a nossa condição *sine qua non*. Senão, não temos condições. Essa é de fato a cobrança política que fazemos do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, V.Exa. está com a palavra.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Quero cumprimentar V.Exa., nobre Senador Marcelo Castro, o Vice-Presidente Dagoberto, o Relator Cacá, os demais membros presentes à reunião e os que nos assistem.

Quero dizer que assiste razão a todos os Parlamentares quando levantam questões a respeito de cortes ou contingenciamentos.

Nenhum Governo, por mais necessário que se faça, sente-se confortável em proceder a contingenciamentos ou eventualmente suplementações com modificações de dotações de um órgão para outro. Faz isso porque é necessário, é fundamental. Os contingenciamentos são feitos por obrigação legal, e as suplementações são feitas por necessidade de mobilizar a máquina de Governo de acordo com aquele momento por que passa aquele Ministério.

Portanto, Deputado Bohn Gass, quero dizer a V.Exa. que nós vamos, sim, promover o entendimento que fizemos para votar hoje a LDO, com a conversa no Ministério da Educação, juntamente com os reitores, V.Exa. e outros Deputados que desejarem. O Governo Federal não tem nenhum — nenhum, absolutamente nenhum — problema com o convite de Ministros para dar explicações. Qualquer Presidente de órgão do Governo Federal pode dar as informações necessárias a todo e qualquer Parlamentar.

Então, asseguro não apenas ao Deputado Bohn Gass, mas também a todos os membros da Comissão, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadores, que estamos aptos e prontos para dar as respostas necessárias, dar as informações que eventualmente qualquer Parlamentar deseje.

Dito isso, digo ao Deputado Bohn Gass que já está marcada com o Ministro Abraham Weintraub, da Educação, uma audiência, segunda-feira, às 15 horas, para que



eu possa levar esse pleito, para efetivamente podermos confirmar a audiência previamente marcada para terça-feira.

Quero tranquilizar V.Exa. Nós já antecipamos uma posição, Senador Marcelo Castro, de que, eventualmente, suplementações orçamentárias, dotações de um Ministério para outro, no decorrer do segundo semestre, vão ser repostas, vão ser feitas novas suplementações.

Quem é membro desta Comissão sabe que o Governo não vai propor nem um, nem dois PLNs de suplementação, de remanejamento. Virão vários ainda até o final do ano. Isso é absolutamente normal.

Defendendo também as universidades, digo que não existe preconceito, não existe nenhum tipo de política que tenha a ação de prejudicar qualquer universidade, seja ela do Nordeste, seja ela do Sudeste. Isso não existe no Governo do Presidente Bolsonaro.

Estou deixando isso claro porque muitos que fazem política de oposição ao Governo colocam de forma exagerada que existe um preconceito contra o Nordeste, que a política do Presidente Bolsonaro tem a visão de tirar recursos das universidades. Não existe isso.

Eu espero que nessa reunião, Deputado Bohn Gass, na terça-feira — eu vou confirmar na segunda-feira com o Ministro o horário e local, para que V.Exa. seja avisado —, V.Exa. veja isso. Agora, nós não podemos esconder também que nós estamos em crise. Nós estamos em crise! O Estado brasileiro não está arrecadando o que é preciso para fazer frente às despesas.

Nós votamos, por sinal, por unanimidade, com o apoio da Oposição — e quero aqui agradecer, reconhecer e louvar o gesto da Oposição para o País —, o PLN 4, que fez a quebra de ouro. Quer dizer, o Governo está gastando recursos para cobrir custeio de endividamento.

O que eu disse, para que as pessoas possam entender? As nossas despesas estão aqui, Deputado Dagoberto, e a receita está aqui. Existe uma diferença grande entre o que o Brasil está pagando de despesa e o que está arrecadando. Essa diferença aqui só foi possível porque o Governo tomou dinheiro emprestado para equilibrar, quebrando a regra de ouro, o que só poderia ser feito para investimento.

Hoje, se nós estamos compatíveis a receita com a despesa é porque o Governo se endividou. Agora, não adianta querer esconder isso. Nós temos que entender. O Governo, diante dessa realidade que herdou,... Eu não vou culpar Governos anteriores, porque, na



minha opinião, Governo eleito tem que resolver o problema, e a intenção é resolver o problema, fazendo com que as reformas estruturantes sejam promovidas, como nós fizemos no dia de ontem, com muita competência, a reforma da Previdência, e outras que virão.

Dito isto, Presidente, quero agradecer o acordo feito e pedir que nós possamos agora, com a garantia que está tendo o Deputado Bohn Gass, votar o relatório do Deputado Cacá Leão, que, como sempre, foi brilhante. Não é à toa que V.Exa. é baiano e é do meu partido. (*Risos.*) Acho que V. Exa. atendeu a todos, fazendo um trabalho louvável.

Presidente, peço a V. Exa., exaurida já a discussão, que possamos votar, ressalvados os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu gostaria de saber a posição do nobre Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, bem rápido, sobre esse ponto então.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Certo.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Eu preciso, primeiro, dizer que aqui não se está tratando do PLN 18, que trata de trocas e arranjos entre Ministérios, o que é normal fazer, e nós estamos votando muitos PLNs. Aqui se está tratando de alterações para repasse aos Deputados no acordo para aprovar a Previdência. É diferente, Deputado Cajado. É diferente. Vamos deixar bem claro isso. Suplementações e arranjos é algo normal no cotidiano. As Prefeituras fazem isso, os Estados fazem isso, e nós fizemos aqui.

Repito, o PLN 18 veio para tirar dinheiro da educação e passá-lo ao Parlamentar para indicar para as Prefeituras para outras áreas. Esse foi o arranjo. Não vamos nos enganar. Vamos dizer o que é: é o pagamento da conta para aprovar essa reforma no País, infelizmente. Esse é outro debate que aconteceu ontem.

Sobre a questão objetiva para amanhã, eu listei aqui só três Estados. Peço a compreensão das Sras. e Srs. Deputados. Se quiserem olhar os seus Estados, eu tenho aqui toda a lista. Mas peguei como referência o Piauí, por conta do nosso querido Presidente, o Rio Grande do Sul, que é o meu Estado, e, em referência ao Líder do Governo, o Deputado Cajado, eu peguei a Bahia. Da Bahia, corte na universidade federal de 3 milhões e 269 mil; do Rio Grande do Sul, corte na universidade federal de 3 milhões e 806 mil; da Universidade Federal de Santa Maria, corte de 5 milhões e 662 mil. Isso é



corde, não é contingenciamento. É corte! Corte! Elas não terão mais esses recursos. Da Universidade Federal do Pampa — UNIPAMPA, corte de 2 milhões e 500 mil; da FURG — Universidade Federal do Rio Grande, corte de 3 milhões; de Pelotas, 5 milhões; do Recôncavo Baiano — atenção, amigos do Recôncavo Baiano! —, 1 milhão e 478 mil; da Fundação Universidade Federal do Piauí, 5 milhões e 900 mil, quase 6 milhões! É corte. Da federal do Rio Grande do Sul, 2 milhões; do IFFar — Instituto Federal Farroupilha do Rio Grande do Sul, 1 milhão e 900 mil; do Instituto Federal da Bahia, 1 milhão e 900 mil, quase 2 milhões; da Federal do Piauí, 2 milhões; do Instituto Federal do Rio Grande do Sul — IFRS, 2 milhões e 400 mil; da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, 1 milhão; universidade federal do oeste da Bahia, 2,5 milhões; e do sul da Bahia, 9 milhões! Estou com todos os Estados aqui. Cada Deputado pode checar o seu.

Eu quero concluir dizendo que não entendi bem, Deputado Cajado: V.Exa. vai se reunir na segunda-feira para confirmar a agenda de terça?! Eu preciso ter a confirmação da agenda, porque na segunda, no final da tarde, depois da sua reunião com o Weintraub, é preciso avisar o reitor e as entidades que estarão lá. Nós vamos identificar os nomes exatamente para haver a representação. Eu preciso da confirmação agora. V.Exa. confirma que é na terça-feira? Eu não entendi bem. Confirmaria o horário? Mas eu preciso ter a garantia de que será na terça-feira. O horário é tranquilo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Isso. Eu disse a V.Exa. que vou me reunir às 15 horas com o Ministro para dizer na terça o local e o horário.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Local e horário? Então, está bom, porque nós precisamos da confirmação de que será na terça-feira. Obrigado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Certo.

Na verdade, eu só quero fazer uma pequena correção, Deputado Bohn Gass: V.Exa. está dizendo que este PLN era para atender aos Deputados. Mas, veja, ele inclui 700 milhões de reais para o Ministério da Defesa, para compra de helicóptero e avião! Isso vai servir ao Deputado? Não. Então, este PLN é uma ação de Governo para atender às demandas dos Ministérios. Pode atender também a programações de cadastramentos feitos por Municípios e Estados da Federação que desejam recursos e transferências voluntárias da União, ou seja, esses também podem ser contemplados. Mas não é para atender a Deputado. Pode ser e pode não ser.



**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT - MS) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com a palavra o nobre Deputado Dagoberto.

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT - MS) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a palavra do nosso colega Deputado Bohn Gass.

Quero dizer a V.Exa., Deputado Bohn Gass, que nós do PDT também não poderíamos ter outra postura senão essa que os colegas do PT estão tendo. Então, nós estamos solidários e acreditamos que, nessa reunião que será realizada na terça-feira... E digo isso até porque eu também quero trazer nossos números. Eu ouvi os números que V.Exa. citou, e no caso de Mato Grosso do Sul, são 42 milhões. A somatória de todos os que V.Exa. citou quase não dá o valor do meu Estado! Nós estamos perdendo muito mais, então eu tenho tanto interesse nisso quanto V.Exas.

Portanto, vou acreditar e apostar que o Líder do Governo, o Deputado Cajado, vai confirmar esse horário, para que possamos discutir e honrar o acordo que fizemos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro, apenas quero responder objetivamente. Está confirmada a reunião para terça-feira, e o horário nós saberemos no final da tarde de segunda-feira.

Eu gostaria de informar, pois gosto de fazer tudo de forma transparente, que já falei com os dois coordenadores das Frentes Parlamentares: a Deputada Margarida Salomão, que coordena a das universidades — e vários colegas daqui também dela participam; e o Deputado Reginaldo Lopes, que coordena a dos institutos federais tecnológicos. Eu já informei aos dois para falarem com as direções das instituições e combinarem a vinda das representações formais para essa reunião, que, acredito, será decisiva para o País. Nós estamos tratando do orçamento educacional do ano! Então, será uma reunião de muita importância. Será a sequência do PLN 4, das votações de agora e do andamento dos objetivos aqui.

Então, agradeço e obviamente dou esse retorno a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Chegou à Mesa requerimento de autoria do Deputado Lucas Gonzalez, nos seguintes termos:

*Sr. Presidente,*



*nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Comum do Congresso Nacional, requeiro a V.Exa. a votação pelo processo nominal do PLDO 2020, o PLN 5/19.*

*Sala das sessões.*

*Deputado Lucas Gonzalez*

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, quero encaminhar este requerimento, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem a palavra, para encaminhar o requerimento, por 1 minuto.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Com a nossa cultura, Presidente, de sermos liberais na fala? *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Exatamente.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Obrigado. Bom dia a todos! Estamos aqui desde cedo acompanhando os trabalhos do Relator Cacá Leão, a quem agradeço de novo por ter acatado ontem alguns destaques do Partido Novo.

Eu apresentei este requerimento, na verdade, porque esta Comissão Mista de Orçamento, da qual faço parte pela primeira vez, na minha primeira legislatura, é tida historicamente, pelo que estudei, como uma das mais importantes do Congresso Nacional e é composta — salvo engano, são 11 Senadores e 31 Deputados — por pessoas que têm conhecimento do Orçamento da União. Este ano, 1 trilhão e 410 bilhões de reais serão destinados às mais diversas áreas do País, tais como saúde, educação, segurança e infraestrutura. E não é razoável, na minha opinião, que a LDO, ferramenta importantíssima em nosso Orçamento, seja votada simbolicamente. Nós estamos quase que terceirizando uma decisão fundamental, não apenas para nós Congressistas, mas também para todo o Brasil.

Se a população brasileira votou em cada um dos Congressistas que compõem a CMO, há que se dizer que esses Congressistas devem votar as principais ferramentas do Orçamento, entre elas a LDO, que será votada hoje, caso este requerimento não seja aprovado, simbolicamente. Não há que se falar em aprovação simbólica, meus nobres colegas, de algo tão importante! Acho que a LDO deveria ser votada por cada Congressista que faz parte desta Comissão. Essa é a nossa responsabilidade.



Aliás, a grande maioria dos membros da CMO são membros só da CMO, porque nós temos atividades às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, são muitas as reuniões e discussões de outros tantos assuntos importantes que dizem respeito diretamente à população brasileira. Por isso, o nosso requerimento solicita a votação nominal do texto principal da LDO. Lembro ainda que, daqui a pouco, se aprovado o texto principal, espero que a votação seja feita com esse grau de responsabilidade individual — individual!

Nós do Partido Novo, já o disse ontem, Sr. Presidente — e estou aqui como Líder —, temos três destaques para serem votados separadamente. Não vamos aceitar votação em globo dos destaques. Já temos o apoio necessário para que os Deputados que aqui estão votem o fundo eleitoral. Para nós do Partido Novo é inadmissível, nos tempos atuais do Brasil, com o desemprego, falta de saneamento básico, falta de recursos para a educação... O Deputado Bohn Gass está pedindo recursos para a educação, e nós apoiamos, pois é importante, assim como apoiamos recursos para a saúde, para a segurança e a infraestrutura. Mas, ao mesmo tempo, estamos apoiando aqui investimento nas nossas próprias eleições em 2020! Eu disse aqui ontem: será que as eleições são mais importantes que a população brasileira? Qual será a nossa cara ao chegarmos nas nossas bases, hoje à noite, ou amanhã de manhã, e dissermos que apoiamos e aprovamos 3,7 bilhões de reais para o fundo eleitoral, enquanto o povo não tem saneamento básico, não tem acesso à educação de qualidade, os professores não têm capacitação e faltam recursos para a PRF?

A PRF está aqui pedindo o chamamento dos concursados que não foram chamados. E sabem por que vocês não são chamados? Porque não há recursos para pagar os seus salários! E não tem recurso porque nós estamos aprovando que os recursos vão para os partidos políticos!

Nós precisamos dar o exemplo, gente! Nós precisamos ter a coragem, a nobreza, a disrupção, a ousadia de dizer ao povo que não concordamos com o sistema de fazer política do século XX. Nós queremos pensar algo novo, algo nobre, algo altruísta, algo bonito que nos vai dar orgulho de ser políticos nesta Nação!

Na sexta-feira, Presidente, eu fui a uma nutricionista pela primeira vez na minha vida, e ela me perguntou o seguinte: "*O que você faz da vida?*" Eu falei: "*Sou político.*"



*Estou no primeiro mandato". Ela olhou para mim assim e disse: "Político?" Eu respondi: "Sim, sou político, Deputado Federal".*

Esta votação de hoje do fundo eleitoral, esta votação da LDO pode resgatar a honra de sermos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional. Por isso, o meu encaminhamento é o voto "sim" à votação nominal da LDO e, daqui a pouco, "sim" à votação nominal dos destaques do Partido Novo contra o fundo eleitoral.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Peço a palavra pelo tempo de Liderança do NOVO, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele já falou pela Liderança.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, ele encaminhou. Pela Liderança...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, ele falou pela Liderança.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Ele encaminhou com base no art. 40 do Regimento Comum, que lhe dá direito a encaminhar pelo prazo de 5 minutos. Eu, como Líder do NOVO, tenho tempo de 5 minutos para falar.

Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. é uma pessoa muito ponderada, equilibrada, e por isso mesmo respeita tanto o Regimento como as práticas desta Casa, e me dará o tempo de 5 minutos para falar também pela Liderança do NOVO.

Muito obrigado, Sr. Presidente. aguardo sua deliberação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Espere um pouquinho. Recebi aqui de V.Exa.: *"Sr. Presidente, nos termos do art. 9º, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, indico o Deputado Lucas Gonzalez para ocupar a função de Vice-Líder da Liderança do NOVO, em substituição ao Deputado..."*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Para esclarecimento, Sr. Presidente, isso é de ontem, para substituição de Vice-Líder, não tem nada a ver com Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - *"Sr. Presidente, delego o uso do tempo de Comunicação de Liderança do Partido Novo, nos termos do art..."*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Isso é de ontem, Sr. Presidente. Ele encaminhou o requerimento. Desculpe interrompê-lo, mas, para esclarecer e dar agilidade, porque já estamos discutindo isso há 2 minutos, eu queria só usar 5 minutos.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Espere. É a mesma sessão. Então, o Deputado Lucas Gonzalez falou pela Liderança, falou encaminhando a matéria. Dada a minha liberalidade...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu encaminhei o nosso voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Dada a minha liberalidade costumeira aqui nesta Casa, eu vou conceder a palavra ao nobre Deputado Marcel, Líder do NOVO, por 2 minutos e meio, levando em consideração que o Deputado Lucas Gonzalez já falou pela Liderança.

Com todo o prazer ouviremos V.Exa., Deputado Marcel.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Presidente, com toda a sua liberalidade, liberal Senador Marcelo Castro. Obrigado pela oportunidade aqui.

Também quero saudar o Deputado Cacá Leão, Relator da proposta que sairá desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para depois ser votada pelo Congresso Nacional.

Acho importante nós lembrarmos que o papel principal do Parlamento é exatamente este, discutir o Orçamento, discutir e votar. Foi assim que surgiu o Parlamento na história mundial inclusive, para descentralizar os recursos e tirar das mãos do soberano de então, do Executivo, a discricionariedade e a única competência para estabelecer os critérios para se utilizar do dinheiro do Tesouro para obras públicas ou para outras finalidades.

Eu gostaria de dizer que é papel do Partido Novo fazer essa defesa enfática não apenas do não encaminhamento de tanto dinheiro para campanhas eleitorais, como também do fim do Fundo Partidário, que o Partido Novo não usa, desde a sua criação. Nenhum centavo do Fundo Partidário é utilizado pelo Partido Novo. Está parado numa conta bancária, Sr. Presidente, o dinheiro que o Partido Novo recebe, e nós não podemos nem sequer devolvê-lo à União. Nós tentamos, no Plenário da Casa inclusive, fazer com que fosse possível fazer a devolução. Infelizmente a Casa ainda não compreendeu isso, mas vai compreender. Temos a convicção de que esse dinheiro que está parado na conta do Partido Novo deve poder voltar para Tesouro Nacional para ser investido em outras áreas, como segurança e educação. A interpretação ora vigente é de que, se nós devolvermos esse dinheiro, ele será redistribuído entre os demais partidos políticos. E aí a finalidade da defesa do Partido Novo, no sentido de que esses recursos não deveriam ir



para partidos políticos, acaba caindo por terra, e inclusive alimentando candidaturas e partidos políticos com visões ideológicas diferentes da nossa.

Sr. Presidente, eu ia pedir, também pela liberalidade de V.Exa., mais tempo. Vi que o meu tempo já está esgotando, mas vejo que já me foi dado um pouco mais. Obrigado.

Portanto, nós defendemos que o dinheiro que hoje está no caixa do Partido Novo possa ser devolvido à União. Mais do que isso, nós entendemos que o dinheiro público para financiar campanha não é saudável. Aliás, há uma frase muito famosa atribuída a Mencken, que diz o seguinte: para todos os problemas complexos... A democracia é complexa, muito complexa. Dizia Churchill que é o pior de todos os sistemas, exceto todos os outros. V.Exa. bem sabe que é um sistema complexo, inclusive para financiar. Para todos os problemas complexos, dizia Mencken — a frase é atribuída a ele —, normalmente há uma solução simples, fácil, clara, mas equivocada.

E o que nós estamos vendo? É simples dizer: *"Vamos tirar dinheiro daqui, dali"*. O papel aceita tudo. *"Vamos colocar quase 4 bilhões de reais nas campanhas eleitorais. Afinal de contas, a democracia tem custo, é preciso que os candidatos tenham recursos para fazer campanha"*. Mas na prática nós vimos que esse dinheiro, Sr. Presidente, foi distribuído para as candidaturas consideradas vencedoras pelas elites partidárias. E, como diria Robert Michels, as elites partidárias normalmente dominam o processo político em qualquer democracia. E essa teoria, que é da primeira metade do século XX, comprova-se na prática dia a dia.

Nós precisamos fortalecer as doações privadas individuais. Eu tenho orgulho de dizer que a minha campanha teve a maior vaquinha do Brasil. A minha campanha teve a maior vaquinha do Brasil. E, somados os recursos financeiros unicamente privados que recebi na minha campanha eleitoral, o total não per fez nem sequer a metade do que receberam os meus adversários, oponentes, melhor dizendo, de partidos políticos tradicionais, que receberam recursos pelo Fundo Partidário.

Felizmente não tive dificuldade, na minha eleição, de ser inclusive o Deputado Federal mais votado do Estado, com o dobro da votação do segundo. Mas é uma situação muito atípica. Poucos sabem que eu concorri três vezes a Deputado Estadual, sendo suplente na penúltima eleição, até vir a ser Deputado Federal titular nesta, agora, com a votação de 349.855 votos, e com um custo por voto dos mais baratos do Brasil, pouco mais de 2 reais.



Sr. Presidente, antes de concluir, agradeço sobremaneira sua liberalidade e principalmente seu senso de justiça, pois sei que V.Exa. percebe, assim como meus colegas Deputados, que na minha fala há também um senso de contribuição, de defesa de que a democracia precisa sair fortalecida, também, daqui desta CMO.

Por isso peço — e faço esta defesa enfática em nome do Partido Novo — que nós Deputados e Senadores não aproveemos um Fundo Partidário de quase 4 bilhões de reais, que vai tirar dinheiro da saúde, da educação, da segurança pública, para pagar santinho, para pagar bandeiraço, para pagar campanha política. O povo brasileiro não aguenta mais isso. Vamos trabalhar uma conscientização para que a própria população financie partidos políticos e candidaturas.

Aliás, empresas são marginalizadas no processo político. Se a empresa tiver contrato com o poder público, concordo, não deve financiar partido político. Se estiver envolvida em escândalo de corrupção, concordo, não pode investir em campanha de partido político ou de candidato a Deputado Federal, Prefeito, Vereador. Agora, se a empresa é limpa, honesta, o empresário paga seus impostos, está batalhando dia a dia, por que estamos vedando a ele a possibilidade de participar do processo político?! Nós estamos marginalizando o empresariado brasileiro! Nós marginalizamos o criador de riqueza!

Concluo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós não, o Supremo, o STF.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - E o próprio Supremo. Concordo, Sr. Presidente. Que bom que V.Exa. está contribuindo tão ativamente! O próprio Supremo. Aliás, esta Câmara já votou a PEC, que agora está no Senado.

Conclamo os Senadores a terem a coragem de defender a iniciativa privada e de defender os candidatos independentes também, aqueles que não querem viver de dinheiro público, mas querem ter acesso a financiamentos honestos, limpos de quem quer participar da política.

Nós, e aí falo de forma geral, as instituições brasileiras, estamos alijando o cidadão do processo político. E, com essa solução simples, fácil, mas equivocada, infelizmente podemos acabar prejudicando ainda mais nossa democracia.

Sr. Presidente, muito obrigado!



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós é que agradecemos a participação de V.Exa.

Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o requerimento de autoria do Deputado Lucas Gonzalez que pede votação nominal para o PLDO 2020.

Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que rejeitam...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, tem apoio?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Os Srs. Parlamentares e as Sras. Parlamentares que rejeitam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Então, rejeitado o requerimento, passaremos agora à votação...

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, só para informar e para ficar esclarecido que todo esse debate que os Deputados do NOVO propuseram foi vencido no debate que nós fizemos sobre se o financiamento deve ser público ou privado. E a decisão foi que o financiamento tem que ser público, porque, se for privado, como eles querem, os ricos vão se eleger e o povo não vai poder. É isso. E muito do dinheiro que vai exatamente para os ralos da corrupção é das empresas que financiam o candidato e depois pegam a conta nos ralos da corrupção. É disso que se fala.

Na verdade, esse debate nós já fizemos, foi superado. Se quiserem fazer de novo, vamos fazer o debate sobre a reforma eleitoral. Aí é outro debate.

Então, eu não quero que só os ricos possam receber recursos e que depois os que patrocinaram os Deputados peçam a conta para tirar direito do povo, que é o que infelizmente está acontecendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Obrigado, Deputado Bohn Gass.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Meu caro colega de Estado Deputado Bohn Gass, V.Exa. deve ter chegado...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passaremos agora à votação do relatório e das Complementações de Voto nºs 1, 2 e 3 e, em seguida, à apreciação dos destaques apresentados. O relatório e as complementações...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, eu quero pinçar os destaques do NOVO, como já falei algumas vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sem dúvida, fique tranquilo.



O relatório e as Complementações de Voto nºs 1, 2 e 3 estão em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, ressalvados os destaques.

Apreciação dos destaques.

Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece:

*Art. 139. ....*

*§ 2º Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque, após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques.*

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Mais uma vez, deixando claro, que é para pinçar os destaques do NOVO.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não. Está tudo transcorrendo bem. *(Risos.)*

Há um requerimento do Deputado Lucas Gonzalez pedindo a votação em separado dos Destaques nºs 7, 12 e 13.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator, já que ele fez o relatório pelo tipo de voto: aprovou destaques, rejeitou alguns e prejudicou outros. Aí, nós vamos votar aqui, ressalvados os destaques do nobre Deputado Lucas Gonzalez.

A proposta para votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara do Deputados.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Iniciaremos a votação em globo dos destaques por tipo de voto do Relator.



**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente, tenho uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instante, para concluirmos aqui.

Destaques com voto do Relator pela aprovação integral: Destaques n°s 1, 3, 4, 5, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 30, 31, 32, 36, 37, 53, 54, 55, 58, 59, 61, 66, 67, 80, 81, 82, 85, 91, 94, 95, 96 e 97.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela aprovação integral na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Destaques com voto do Relator pela aprovação parcial.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela aprovação...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Há aqui um equívoco da assessoria. Não há destaques com voto pela aprovação parcial, há destaques rejeitados.

Destaques com voto do Relator pela rejeição: Destaques n°s 2, 6, 8, 9, 10, 11, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 33, 35, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 64, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 84, 86, 87, 88, 90, 93, 98 e 100.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, apenas queria justificar meu voto. Eu posso fazê-lo, em 1 minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Só um instantinho, vamos concluir a votação aqui, Deputado.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mas é sobre esta votação que eu quero justificar meu voto. Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação em globo o voto do Relator pela rejeição dos destaques na representação da Câmara do Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A aprovação na Câmara do Deputados ocorreu com o voto contrário do Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Eu peço só...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deixe-me só concluir aqui, Deputado, só um instantinho.

Destaques que foram prejudicados.

Declaro prejudicados, por confrontarem a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, os Destaques nºs 19, 20, 34, 40, 47, 57, 60, 62, 63, 65, 75, 77, 83, 89, 92 e 99.

Agora vamos passar aos destaques do Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, antes eu queria, sobre a votação que nós encerramos...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos voltar lá.

Destaque nº 7, de autoria do Deputado Lucas Gonzalez.

O autor do destaque está com a palavra.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente, de novo, eu agradeço.

Pedi para pinçar os nossos destaques. O NOVO inicialmente havia feito nove destaques. O Relator Cacá Leão acolheu alguns deles, outros nós retiramos, e mantivemos os Destaques, salvo engano, nºs 7, 12 e 13, que versam especificamente sobre o fundo eleitoral.

Eu quero, de novo, lembrar a todos os presentes que não há que se falar, no momento atual da nossa Nação, com desemprego, com falta de recursos na educação, na saúde, na segurança, na infraestrutura, em financiar partidos políticos, em especial eleições partidárias — eleições partidárias! —, com quase 3,7 bilhões de reais.

A Oposição tem feito um pleito de 1 bilhão de reais para a educação. Esse bilhão poderia vir do fundo eleitoral. Alguns, como eu, que defendem investimentos em infraestrutura — e aqui faço coro com o pleito do Deputado Hercílio, lá de Minas Gerais, pela nossa ponte na BR-116, que tanto precisa de investimento — parte desses investimentos, Deputado Hercílio, poderia vir do fundo eleitoral, de 3,7 bilhões de reais. Salvo engano, aquela obra é de 50 milhões. Outros fazem pleito para melhorar a saúde



do nosso País. São tantas obras públicas inacabadas, em especial hospitais, por exemplo, o Hospital Regional de Sete Lagoas, o de Divinópolis, lá em Minas Gerais. Esse dinheiro poderia vir do fundo eleitoral.

De novo, senhoras e senhores: nós precisamos resgatar a nobreza, a honra, a coragem, o altruísmo de sermos políticos no neste País, eleitos diretamente pelo povo, pelo voto direto. Nós não podemos legislar em causa própria. Nós não podemos dizer que é mais importante para nós políticos a eleição de 2020 do que a população brasileira. Isso é um absurdo! Com que cara nós vamos sair daqui hoje, voltar às nossas bases e falar para a nossa família que nós preferimos destinar recursos para os nossos partidos a destinar para a população brasileira?

E eu quero lembrar aos meus prezados colegas do PSL que o Presidente Bolsonaro foi eleito sem nenhum real de fundo eleitoral, dando um exemplo maior de que é possível vencer uma eleição sem dinheiro público, sem esse descaso, sem esse abuso, sem essa irresponsabilidade.

Por isso, meu encaminhamento é "sim" para a votação nominal dos destaques do Partido Novo, para que cada Deputado, Deputada, Senador, Senadora presente à CMO possa, de forma consciente e responsável, votar "sim" ou votar "não", a favor ou contra a população brasileira.

O que pesa aqui, repito: será que é mais importante a eleição de 2020 ou a população brasileira? Para mim, mais importante do que as eleições de 2020 — e elas são, sim, fundamentais — é chegar aqui a este Congresso Nacional e ver os jornais mostrando crescimento econômico, geração de emprego, obras concluídas, hospitais concluídos. Enfim, isso deve pesar mais do que as eleições de 2020.

Faço um apelo aos meus caros colegas Congressistas aqui da Comissão Mista do Orçamento para encaminharmos o voto "sim". Deputado Hercílio Diniz, Deputado Rodrigo Coelho, Deputados do PSL, meu colega de bancada Deputado Alexis Fonteyne, vamos votar "sim" a esse requerimento de votação nominal do fundo eleitoral, para pesarmos se somos favoráveis à eleição ou se somos favoráveis à população.

Presidente, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

Então, vou passar a palavra ao nobre Relator Cacá Leão, para apresentar seu voto ao destaque.



**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, na verdade, com todo respeito que tenho e que já enumerei diversas vezes, e fiz isso no dia de hoje, até, ao Deputado Lucas Gonzalez, ao Deputado Alexis, ao Deputado Marcel Van Hattem, que aqui estão, e a todos os Parlamentares do Partido Novo — até porque o NOVO foi o único partido que não estava presente, pedindo que fizéssemos esta regulamentação do fundo eleitoral, todos os outros partidos políticos que compõem este Colegiado participaram dessa condição —, há um equívoco nesse destaque que foi apresentado.

Na verdade, Deputado Lucas, esse destaque apresentado por V.Exa., pelo partido de V.Exa., tira o freio apresentado pelo nosso relatório à questão do fundo eleitoral. Se retornarmos ao projeto original, encaminhado pelo Governo, fica nas mãos desta Casa, desta Comissão e, principalmente, do Deputado Domingos Neto, o Relator da LOA, quem de fato terá a condição e trabalhará com os números, para ver qual valor será possível colocar nesse fundo, um caminho aberto, onde se poderá colocar 5, 10, 15, 20, 30 milhões ou qualquer parte do Orçamento. Do jeito que o Governo o mandou, apenas ele diz... E, se viéssemos a acatar o destaque apresentado por V.Exa., retornaríamos ao texto principal, que diz que os recursos seriam retirados das emendas de bancada. Nós mantivemos o que foi escrito pelo Governo. Os recursos do fundo eleitoral serão retirados das emendas de bancada e não poderão ultrapassar o valor de 0,44% da Receita Corrente Líquida.

Em nenhum momento, nem eu nem nenhum Parlamentar desta Casa que apoia o financiamento eleitoral... Eu tenho muita tranquilidade para fazer essa discussão, porque, no momento da votação, Deputado Marcel, votei a favor do financiamento privado, pois penso como V.Exa. Penso que empresário não pode ser tratado como bandido e, principalmente, político não pode ser tratado como bandido. Eu trabalho 24 horas por dia 7 dias por semana. Vou sair daqui hoje e vou para o meu Estado prestar contas ao meu eleitorado do trabalho que fazemos dentro desta Casa. Sou de família política: meu pai foi Deputado Federal por cinco mandatos e hoje é, pela segunda vez, Vice-Governador do meu Estado da Bahia. Tenho muito orgulho do trabalho que ele faz, do trabalho que fazemos e dos colegas que tenho neste Parlamento. Mas nós vivemos numa democracia. Fomos vencidos naquele momento: o financiamento público foi aprovado. E não dá para fazer financiamento público sem o fundo eleitoral.



Então, o trabalho que fizemos foi uma adequação à Emenda Constitucional nº 100, deste ano, que trata do percentual, da impositividade das emendas de bancada. E nós, de comum acordo, volto a dizer, com o Deputado Domingos Neto, o Relator da LOA, do Orçamento Geral da União, com os partidos políticos, excluindo-se neste caso o Partido Novo, porque sempre defendeu o fim do fundo eleitoral, para que limitássemos, diferentemente da proposta que veio do Governo — é aí que eu falo do risco do destaque apresentado por V.Exas. —, um freio para que não se pudesse apresentar esse percentual... Agora, volto a dizer: com 0,44% da Receita Corrente Líquida, pode-se chegar aos 3,7 bilhões de reais. Mas isso não quer dizer que será creditado por esta Casa, que será alocado por esta Casa esse valor dentro do financiamento eleitoral. Esse valor será decidido no momento oportuno, na discussão da LOA, relatada pelo Deputado Domingos Neto, que será aprovada e apresentada nesta Comissão.

Tenho muita tranquilidade para fazer essa discussão, porque fui no ano de 2007 o Relator do primeiro Orçamento da União que tratava exatamente do financiamento especial de campanhas. E, naquele momento, não tínhamos freio, podíamos colocar qualquer valor no financiamento das campanhas. E juntos nós decidimos, em uma discussão, que seria alocado 1,7 bilhão de reais dentro do financiamento das campanhas, mesmo sem haver qualquer limitação para fazer a discussão desse valor.

Então, encaminho pela rejeição do destaque apresentado por V.Exa., o Destaque nº 7, simplesmente pelo fato de ele retirar o freio que foi colocado dentro do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias, podendo, aí sim, se colocar 20, 30, 40, 50 bilhões de reais para o financiamento das campanhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bem, o requerimento do Deputado Lucas Gonzalez pede votação nominal para os Destaques nºs 7, 12 e 13.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Nós estamos apreciando o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O requerimento. Então, é se os destaques serão votados em votação nominal ou simbólica. Como os três destaques tratam do mesmo assunto, o mais lógico é que coloquemos em votação os três de uma vez só — se a votação vai ser nominal ou simbólica. Se for nominal, nós vamos votar cada destaque nominalmente. Se for simbólica, nós vamos votar cada destaque



simbolicamente. Agora, a decisão se vai ser nominal ou simbólica eu acho que nós podemos fazer de uma vez só, já que os três destaques tratam de um só assunto.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - É só para esclarecer aos meus colegas. São três destaques do Partido Novo. Dois deles, salvo engano, o 12 e o 13, versam sobre voltarmos à redação original...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - São o 7 e o 12, desculpem-me. É sobre voltarmos à redação original da LDO vinda do Governo, que não estipula um freio, como disse o Relator, mas acreditamos na nobreza desta Casa, que, no ato da votação da LOA, vai colocar um freio muito menor que o atual. E o outro destaque, o 13, acaba com o fundo eleitoral.

Então, são matérias distintas, bem distintas, e, portanto, votações também distintas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Cada destaque vai ser votado separadamente. A decisão que eu estou propondo é se será nominal ou simbólica a votação de todos os destaques. Não sei se V.Exa. entendeu.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É, é uma votação só para saber se vai ser simbólica ou nominal.

Então, coloco, para votação na Câmara dos Deputados, se votaremos de maneira nominal ou simbólica os destaques do Deputado Lucas Gonzalez, os Destaques nºs 7, 12 e 13.

Os Parlamentares da Câmara dos Deputados que forem favoráveis à votação simbólica dos destaques permaneçam como se encontram...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Só um pouquinho, Sr. Presidente. Eu acho que nós temos direito a mais um encaminhamento de cada lado antes disso.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Do requerimento não havia dois encaminhamentos?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vai haver.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu quero encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, na votação vai haver.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Nós não vamos fazer obstrução por obstrução! Mas é para termos a oportunidade de fazer o encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exas. vão ter essa oportunidade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis à votação simbólica do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Nós tínhamos um encaminhamento antes, Sr. Presidente. Nós não estamos aqui fazendo obstrução. Mas nós temos direito de fazer o encaminhamento por 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos votar, vamos fazer o encaminhamento.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas do requerimento, antes de votar, nós temos que encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agora nós vamos votar simbolicamente cada um dos destaques.

Em votação...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, Sr. Presidente, não era isso que nós queríamos. Não era esse o objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, nós vamos permitir o encaminhamento.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas não era esse o objetivo. O objetivo é a votação nominal, Sr. Presidente.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Nós temos o apoio para votação nominal do mérito do destaque. Nós estamos votando, ainda, o requerimento da votação nominal do destaque. Então, um passo antes ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Claro, sem dúvida. Que já foi vencido, que já foi votado.

Então, nós vamos colocar agora em votação simbólica cada um...



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, Sr. Presidente, V.Exa. está colocando em votação simbólica algo que nós queremos que seja nominal. Por isso mesmo...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Mas é matéria vencida, é matéria vencida. Ele já votou.

Já foi votado, matéria vencida, Sr. Presidente.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, mas não foi votado, não. Ninguém deliberou aqui não. Antes de anunciar, eu disse que não era isso que nós estávamos pedindo. Se ele anunciou, foi erro do Presidente. Nós indeferimos antes, no final do anúncio.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mas quem preside é o Senador, que dá o resultado da votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há nenhuma dúvida quanto a isso, não. Não há problema aqui.

O Deputado Lucas Gonzalez requer votação nominal para os Destaques nº 7, 12 e 13.

Então, nós vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Lucas Gonzalez, que requer votação nominal para os Destaques nº 7, 12 e 13.

Quero, então, dar oportunidade para V.Exa. encaminhar o requerimento, por 1 minuto.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Regimentalmente. Não estou criando prazo aqui.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não. Não. E outra coisa, nós estávamos ainda em discussão sobre esse tema para tentar encontrar a melhor forma, e V.Exa. tem sido feliz nisso. Aliás, o Relator também é sempre muito inteligente, demonstrando por que ele é o Relator da proposta.

Agora, de 0,56% para 1% é uma diferença enorme. No caso de 0,56% sem freio e 1% com freio, no fundo nós, obviamente, do Partido Novo ficamos ontem em dúvida sobre apresentar o destaque, porque nós vimos que, de fato, havia essa pegadinha, digamos assim, na melhor acepcão do termo, caro Relator, sobre a decisão do freio.



No entanto, nós entendemos que é melhor 0,56% sem freio neste momento, como bem disse o nosso colega Deputado Lucas, porque entendemos que as bancadas não abrirão mão dos recursos que devem ser encaminhados aos Estados. E nós do Partido Novo, por maioria — e houve divergência interna, a bancada foi liberada —, entendemos que deveria ser impositiva a emenda de bancada. E nós também entendemos que uma parte desse valor, se for encaminhada ao fundo eleitoral, ainda que nós discordemos, vai ser menor do que 0,44%. No máximo, é verdade. Talvez não seja integralmente executado. Talvez nem votado depois na Lei do Orçamento, de fato.

De qualquer maneira, nós preferimos essa primeira opção que foi enviada pelo Governo, e deveria ter sido com freio. A vossa crítica é muito acertada, assim como é muito acertada a vossa opinião e posição de que o financiamento privado deveria prevalecer.

Sim, Deputado Bohn Gass, fomos vencidos nessa tese no passado, mas esta Casa aqui não admite a censura de continuarmos debatendo esse tema quando nós quisermos.

Quero ainda, para concluir, desfazer uma injustiça que foi feita no pronunciamento anterior de V.Exa., Deputado Bohn Gass, em que V.Exa. disse que estamos querendo beneficiar a corrupção. Se houve algum partido que fez isso, foi o PT, que recebeu dinheiro, inclusive sujo, via caixa dois, de empresas corruptas que financiavam políticos. Não é o nosso caso...

**O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE)** - Presidente, Presidente, vamos avançar, Presidente.

**O SR. BOHN GASS (PT - RS)** - Presidente, eu fui citado. Presidente, eu fui citado. Eu não citei ninguém, mas fui citado...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS)** - Ah! Mas citou indiretamente. Ninguém aqui nasceu ontem.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE)** - Sr. Presidente, esse debate não engrandece em nada a discussão...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS)** - Para concluir e evitar polêmicas, Sr. Presidente, digo que o nosso encaminhamento é favorável à votação nominal. Nós entendemos que cada Deputado aqui vem com uma representação da sociedade. Não há nenhum custo a mais em relação ao tempo, a não ser o de poucos minutos para fazermos a votação nominal.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos concluir, Deputado, por favor.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Por isso, encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Lucas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Bom, primeiro, quem está fazendo censura neste País é o Presidente que V.Exa. elegeu, que é da ditadura. E V.Exa., Deputado Van Hattem, que veio do PP, do Partido Progressista, partido de Maluf e dessa turma toda, pode falar muito de corrupção. Então, isso é o que digo a V.Exa.

Sobre o tema eleitoral, fizemos de fato o debate. Por que nós queremos o financiamento público? Porque, se isso não for feito, dará margem exatamente ao que acontece. O grande empresário vai pagar, depois o Deputado vai votar a favor do grande empresário e retirar direitos do povo. É por isso que deve haver financiamento público.

Vou aproveitar esse minuto restante para fazer uma observação sobre o que disse o colega Deputado. Disse que, na eleição de Bolsonaro, não teria havido financiamento público. O financiamento foi a tal ponto privado que foi criminoso. Isso está na Justiça. Empresários se reuniram e pagaram pela divulgação de *fake news*, de dados falsos, mentirosos, com a participação de empresários de outros países, exatamente para manipular a eleição.

Se quiser dar um exemplo de eleição com financiamento privado falseada, basta citar essa eleição de Bolsonaro. Infelizmente, meus amigos que vêm do PP, de Maluf, do tempo das grandes corrupções no País, apresentam-se como novos. São novos, porém, *muy viejos*.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em votação na Câmara dos Deputados o requerimento sobre votação nominal ou simbólica.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que rejeitem o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Apoiamentos para votação nominal...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Apoio para verificação, Presidente...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Apoio para a verificação...

**O SR. RODRIGO COELHO** (PSB - SC) - Houve o apoio para a verificação.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Não, só há dois. Não teve apoio.

Só houve dois...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Houve apoio.

Verificação, Presidente.

**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB - PR) - O PSB não apoia.

**(Não identificado)** - O NOVO só tem uma vaga na Comissão.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Só tem uma vaga, e só há dois votos...

**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB - PR) - Sr. Presidente, o PSB não vai dar apoio. Se o Deputado quiser dar apoio individualmente, tudo bem, mas o PSB não vai dar apoio.

Ele não pode dar apoio, não é Líder. Ele não é Líder, para dar apoio.

**O SR. RODRIGO COELHO** (PSB - SC) - O PSB tem duas vagas. Só há um titular aqui. Eu sou suplente e estou como titular nesta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não há problema. É preciso um requerente e mais quatro apoiadores. Como não há, não vai ser feita a votação nominal.

Então, está rejeitado o requerimento.

Vamos então para a votação simbólica.

Destaques nº 7.

O voto do Relator é pela rejeição.

Srs. Parlamentares, na Câmara dos Deputados...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Nós pedimos que haja orientação de bancada, Sr. Presidente.

**O SR. ALUISIO MENDES** (PODE - MA) - Presidente, peça silêncio ao pessoal lá de trás, porque não estamos conseguindo aqui ouvir a reunião.

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Peço aos presentes silêncio.



Temos grande prazer em tê-los conosco, que nos prestigiam nesta reunião tão importante, mas peço que façam um pouco de silêncio. Se não for possível que fiquem calados, falem baixo, sussurrem, para não atrapalharem os trabalhos da nossa Comissão.

É regimental o encaminhamento do requerimento.

Terá a palavra quem quiser fazer o encaminhamento. O prazo será de 1 minuto, regimentalmente.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, quero fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, V.Exa. tem demonstrado, como todos estamos presenciando — isto vale não apenas para esta reunião, mas também para todas as que V.Exa. preside —, que é um democrata, e é tolerante e extremamente cordial com todos os colegas. Porém, Presidente, estou preocupado, porque estamos apenas com o funcionamento da Comissão de Orçamento, e já é quase meio-dia. Ontem aqui ficamos até quase meia-noite. Na noite anterior, ficamos até as 2 horas da madrugada. Eu vejo que o esforço que a Comissão de Orçamento está fazendo para votar a LDO é grande, inclusive para os Parlamentares.

Então, eu pediria a V.Exa. que fosse mais rigoroso quanto à concessão do tempo, para que todos pudessem bem utilizá-lo e finalizássemos hoje a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou dar uma aqui de Jânio Quadros e de Michel Temer: sê-lo-ei. *(Risos.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Agradecê-lo-ei também.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Peço à assessoria que me aponte aqui o art. 41 do Regimento Comum, que diz:

*Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas não se trata de requerimento. Estamos votando um destaque.



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Tudo bem, mas isso vale também para os destaques. Para encaminhamento dos destaques, o prazo é de 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não vale.

**O SR. VICENTINHO JÚNIOR** (PL - TO) - Presidente, vamos dar celeridade aos trabalhos desta Comissão, senão o dia passa e nada se produz. O que é isso?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Presidente, eu quero terminar a minha questão de ordem. Eu ainda tinha 1 minuto.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Presidente, isso está superado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, estou aqui tentando falar em uma questão de ordem, apresentada até de último momento, mas eu tinha 1 minuto.

Diz o art. 49:

*Art. 49. Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um.*

É o que diz o art. 49 do Regimento Comum.

Concordo com o Deputado Claudio Cajado, acho que devemos ser rigorosos quanto ao tempo, mas precisamos ser justos e observar o Regimento.

Portanto, nós teríamos, pelo processamento da votação da matéria, direito a falar, pois há a previsão de que quatro Deputados e quatro Senadores, de preferência de partidos diferentes, possam falar pelo prazo de 5 minutos cada um.

Nós temos direito a votar a matéria, encaminhando-a, com 5 minutos para cada um, sendo quatro Senadores e quatro Deputados, no limite do Regimento, Sr. Presidente.

Por isso, sejamos rigorosos, mas justos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O que V.Exa. está propondo é real, mas isso diz respeito à matéria. Nós já estamos na votação. Essa fase já foi superada.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Mas destaque é uma matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, agora já estamos na fase de votação do destaque.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, não se decidiu sobre os destaques ainda, decidiu-se sobre o principal. Isso é matéria de discussão. A cada



matéria votada, a cada destaque, aqui ou no plenário da Câmara — não sei se o Senado funciona assim —, há nova discussão, pelo mesmo prazo, Sr. Presidente. Isso é regimental.

Nós temos direito a 5 minutos na discussão do destaque, até quatro Senadores e até quatro Deputados, Sr. Presidente.

Observemos o Regimento, sejamos justos e utilizemos o nosso tempo para fazer a defesa do nosso posicionamento.

Estamos em uma democracia, estamos no Parlamento, e V.Exa. tem sido muito feliz na condução dos trabalhos. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode encaminhar. O prazo é de 5 minutos para encaminhamento da matéria.

**O SR. RODRIGO COELHO** (PSB - SC) - Sr. Presidente, nobres colegas Senadores, colegas Deputados, até para não usar todo o tempo e ser repetitivo, quero dizer que a discussão aqui vai muito além da discussão unicamente do voto nominal ou não e do uso de dinheiro público para as eleições do ano que vem.

É sabido que o Brasil passa por um momento difícil, de contingenciamentos constantes do Orçamento, em especial no caso de áreas sensíveis para a população, como é o caso das universidades federais, da educação.

Falo agora sobre um exemplo específico da minha região, Joinville, em Santa Catarina: a BR-280. Desde que eu nasci, há 39 anos, fala-se na sua duplicação. Diariamente falecem pessoas ali em decorrência de acidentes, e o orçamento, no caso dessa rodovia, é de apenas um terço do previsto para cada ano. Essa obra está a passos de tartaruga, avança, no máximo, 500 metros a cada ano. Trata-se de uma obra na região mais rica do Estado, onde se localiza o Porto de São Francisco do Sul, que se liga também a Jaraguá do Sul, onde temos a WEG e outras empresas que fazem o Estado de Santa Catarina ser a sexta economia do País, apesar de ter apenas 1% do território nacional.

Temos o quarto maior parque industrial do País, mas somos o antepenúltimo em retorno da arrecadação federal em nosso Estado. Antepenúltimo! No ano passado, não chegou a 2% o retorno do Governo Federal quanto à arrecadação que faz em Santa Catarina. Somos um Estado rico, também em população, mas ele está com o pires na mão — essa também é a realidade de outros Estados —, sem recursos até para manter



serviços básicos como os de saúde, educação, segurança e assistência social, o que vejo que deve ser o foco do Estado. Quanto às demais áreas, devem ser encaminhadas com urgência as PPPs, as concessões, e assim por diante.

Eu não sei qual é o problema de se fazer a votação nominalmente. Não vejo qual é o problema da votação nominal. Basta o Deputado dizer "sim" ou "não" a esses três destaques, os de nºs 7, 12 e 13.

A discussão sobre o financiamento de campanha realmente é algo complexo. Deve ser feita a mãe de todas as reformas, na minha opinião, que é a reforma política. Mas é inadmissível que, no momento por que passa o Brasil, Sr. Presidente, tenhamos essa ousadia, pode-se dizer assim, de destinar praticamente 3,5 bilhões para financiar eleições no ano de 2020.

Cito como exemplo claro da não necessidade de uso desse valor a eleição de nosso Presidente Jair Bolsonaro, que não usou 1 centavo de dinheiro público para se eleger. Demonstrou claramente a total desnecessidade de uso de dinheiro público para uma eleição, a mais difícil de todas, que é a eleição presidencial.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto "sim" ao requerimento do Deputado Lucas Gonzalez, para votação nominal dos Destaques nºs 7, 12 e 13, a fim de que a população saiba do princípio mais básico de nossa atuação como Parlamentar, que é a transparência. É necessário que a população saiba como é que cada Parlamentar está votando hoje nesta Comissão, que eu considero a mais importante do Congresso Nacional, sem desprezar as demais, que é a Comissão de Orçamento, que vai ditar os rumos da vinculação de cada centavo do dinheiro público.

Por isso, Sr. Presidente, ratifico o apelo aos demais colegas Deputados pelo voto "sim" aos Destaques nºs 7, 12 e 13 e à votação nominal da questão do fundo eleitoral.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Para encaminhar a votação do destaque, está inscrito o Deputado Aluisio Mendes.

V.Exa. tem a palavra, Deputado.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - Peço que me inscreva também, Sr. Presidente, por favor.



**O SR. ALUISIO MENDES** (PODE - MA) - Presidente, o Podemos encaminha pela aprovação do relatório, de acordo com o que apresentou o Relator, o Deputado Cacá Leão.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu vou me inscrever também, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O segundo inscrito é o Deputado Nivaldo Albuquerque.

**O SR. NIVALDO ALBUQUERQUE** (Bloco/PTB - AL) - O PTB encaminha de acordo com o relatório do Deputado Cacá Leão, o Sr. Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O terceiro inscrito é o Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - Sr. Presidente, como Líder do PSB nesta Comissão, faço o encaminhamento de acordo com o relatório deste grande baiano, o Deputado Cacá Leão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrado o encaminhamento.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Tem que balancear, considerar quem é contra e quem é a favor, Sr. Presidente. Houve três a favor e um contra. Aliás, o contrário, três...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Chamei os que estavam inscritos aqui para falar.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem! Espere, Presidente! Não, não, não, não! Nós temos uma prática aqui no Parlamento. V.Exa. garantiu a discussão dos destaques...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, tranquilo, tudo bem, não quero atropelar ninguém. É o que estava aqui.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Outro pode falar contra, não há problema, não.

Tem a palavra o Deputado Alexis Fonteyne.

**O SR. ALEXIS FONTEYNE** (NOVO - SP) - Presidente, esta matéria já vem sendo discutida nas últimas eleições desde a aprovação do financiamento público de



campanhas. Temos que lembrar de como veio esta matéria, de por que veio o financiamento público. O Deputado Cacá Leão colocou muito bem, foram adotadas más práticas quando havia o financiamento privado de campanhas.

O que nós estamos vendo é que partidos que defenderam o financiamento público fizeram largo uso dos financiamentos privados, corrompendo as empresas ou sendo corrompidos. E aí havia essa questão de que se ficava discutindo quem era quem. Usaram muito desse capital privado, e, depois que foram pegos nesses atos de corrupção, cuspiram no prato do capital privado, acusando-o de ter seduzido os políticos com o capital mundano, o capital capitalista, como disseram. Aprovaram então aquelas verbas para poderem financiar as campanhas.

É claro que a democracia custa caro, é claro que a democracia exige que haja representatividade, e até se entende a necessidade do financiamento de campanhas, mas as campanhas têm que ter representatividade também da sociedade. E os empresários, o capital, também são representantes dessa sociedade.

O que nós estamos vendo hoje aqui é a aprovação de 3,7 bilhões de reais. Seja esse o limite ou não, é um capital extremamente importante — vai fazer falta à sociedade —, para financiar campanhas eleitorais. Isso está sendo aprovado agora.

De novo eu falo aos nobres Deputados que, se não conseguem colocar a digital para registrar o voto e têm vergonha desse voto, não votem. Se não temos a coragem de colocar a digital nesse recurso, é porque estamos envergonhados.

Portanto, o Partido Novo encaminha o voto "sim" em relação a esse requerimento, como também encaminha que o voto seja aberto, para que toda a sociedade consiga ver com clareza aqueles Deputados que estão votando para que esses recursos, que tanto fazem falta hoje para o Brasil, sejam destinados a campanhas eleitorais.

Agradeço o tempo, do qual 2 minutos podem ser utilizados pelo Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Vou falar como autor, serei bem breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente, quero primeiro agradecer-lhe — sou representante do NOVO aqui na Comissão — pela forma republicana como liderou a reunião hoje pela manhã.



Reitero, Deputado Cacá Leão, nossa gratidão por ter acatado os nossos destaques, os outros destaques, para não gerar de forma alguma o entendimento de que temos tido briga. Não é briga, é posicionamento partidário.

Alguns colegas aqui usaram da palavra enquanto Líderes partidários. Eu uso da palavra como cidadão que aqui estou como eleito por Minas Gerais. E me dirijo aos cidadãos comuns que estão aqui, estão lá atrás nos assistindo, integrantes da imprensa, servidores, algumas pessoas que estão visitando a Câmara dos Deputados hoje, em especial esta Comissão tão importante, a Comissão Mista de Orçamento. Aliás, quero incentivar os jovens que aqui estão. Nós precisamos de pessoas competentes, que saibam lidar com o grande desafio do Brasil, que é a parte fiscal. Então, vamos estudar mais a parte fiscal, e eu me incluo nisso.

Faço agora o meu apelo. Será que é viável, será que é inteligente, será que é razoável aplicarmos mais dinheiro nas eleições do que na população? Meus Deputados mineiros que aqui estão — o Deputado Hercílio está aqui, o Deputado Misael estava aqui agora há pouco, o Deputado Gilberto Abramo é um grande amigo —, em Minas Gerais nós temos tantos desafios, na infraestrutura, na saúde, vemos filas e mais filas nas creches, professores sem capacitação, e nós estamos aprovando 3,7 bilhões para as nossas eleições no próximo ano! Isso é incabível! Se o Brasil estivesse crescendo economicamente, se houvesse pleno emprego, saúde moderna, educação para todos, se as pessoas estivessem empreendendo, realizando os seus sonhos, poderíamos sim, talvez, votar de forma simbólica. Mas o Brasil tem pressa de um povo político, de uma política que dê exemplo, de uma política que tenha a coragem de dar o exemplo e não aprovar esse fundo eleitoral.

Então, de novo, este é o meu apelo a cada Congressista presente a esta CMO, para aprovarmos o destaque feito pelo Partido Novo e podermos chegar às nossas bases hoje, Deputado Cacá Leão, onde vamos trabalhar e prestar contas do nosso mandato. Eu tenho certeza de que cada Parlamentar poderá prestar contas do seu mandato de forma mais honrosa ao dizer que votou "não" ao fundo eleitoral.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerrado então o encaminhamento do destaque.



Em votação na representação da Câmara dos Deputados o Destaque nº 7, com parecer do Relator pela rejeição.

Os Srs. Parlamentares que rejeitam o Destaque nº 7 na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

**(Não identificado)** - Só membros é que podem levantar a mão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - O membro titular e o membro suplente não podem... *(Riso.)*

Rejeitado o destaque.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Portanto, não vai...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Só para pedir o apoio, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - ...não vai ao Senado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Faço questão de ordem com base no art. 131 do Regimento Comum, Presidente.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu vou pedir verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Verificação...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Não! Não procede. Votamos o regime simbólico.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Verificação e apoio. Só para verificar, porque os colegas não fazem parte...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Não existe isso! Já foi votada. É matéria vencida, Presidente!

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - É matéria vencida, Presidente!

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Depois que se vota é que se pede verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pede...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Isso é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pode pedir, mas precisa de apoio.



**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, desculpe-me, Presidente. Foi votado o requerimento sobre a votação simbólica! O Plenário votou!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ah, sim! Já foi simbólico. *(Riso.)*

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - É matéria vencida!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Pelo amor de Deus! Estou há 6 meses aqui, e estou sabendo mais do que quem já exerceu nesta Casa vários mandatos! Depois da simbólica, pergunta-se se há apoio para a nominal. É assim que funciona!

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Mas já foi aprovado que essas votações seriam simbólicas!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - V.Exas. mesmos aqui sabem que é assim! Existe gente que já exerceu dez mandatos e não está sabendo! O que é isso?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente... Presidente...

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Não pergunte. Manifeste-se. Não pergunte. Manifeste-se.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Deputado Cajado...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem, Presidente!

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Vamos esclarecer esta situação, para também não cometermos injustiça.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, Presidente, questão de ordem! Presidente, questão de ordem!

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Peço então ao Presidente que esclareça como funciona...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Se V.Exa. puder esclarecer, para ficar claro para todo mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou esclarecer.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É matéria vencida. Nós deliberamos que a votação seria simbólica. Se tivéssemos permitido a votação nominal, não teria havido a necessidade de votação simbólica. É o óbvio ululante.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Obrigado, Presidente. Reconheço que errei ao fazer a solicitação. *(Riso.)* Peço desculpas àqueles que acharam... *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos continuar.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Questão de ordem com base no art. 131, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, nobre Deputado Claudio Cajado.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Presidente, o Governo — não falo aqui pela Liderança do Governo — não tem interesse direto nesta matéria. Esta matéria diz respeito aos partidos políticos. Concordo plenamente com os argumentos do Deputado Cacá Leão, Relator da matéria. Eu falo em nome do meu Partido Progressista também. Se nós aprovamos o financiamento público, esta é uma questão legal: de onde virá o recurso, se não vier do Orçamento da União?

Então, é um contrassenso não termos a responsabilidade de alocar os recursos. Ponto.

Respeito completamente o Partido Novo, que é o único partido que não concorda com essa tese. Inclusive, foi voto vencido. A democracia é isto: a minoria se submete à maioria. E a maioria dos partidos concordaram, aquiesceram, votaram e aprovaram nesta Casa que o Orçamento da União tem que conter o recurso para despesas nas eleições.

O Deputado Cacá deixou isso claro, sem dúvida nenhuma. O que ele fez no relatório? Ele colocou uma trava, um teto. Por quê? Porque o Relator-Geral do Orçamento, o Deputado Domingos Neto, pode elevar de 3 bilhões para 4, 5, 6 bilhões, a depender do momento da votação. Então, pode-se concordar com a trava que o Relator Cacá coloca ou se pode discordar dela, mas ela é um teto. Acima disso, não haverá mais recursos públicos, o que eu considero lógico.

Porém, a minha questão de ordem, Presidente, é a seguinte. Nesta Casa — já estou nesta Comissão seguramente há mais de 17 anos, de forma alternada, um ano sim, um ano não, porque nós não podemos ficar, depois da Resolução nº 1, mais do que 1 ano



ininterruptamente —, nunca houve requerimento para discussão de destaque, para manifestação a favor ou contra. Nunca houve isso. V.Exa. está abrindo uma exceção.

Portanto, invoco o art. 50 do Regimento Comum, que diz o seguinte:

*Art. 50 Os requerimentos de preferência e de destaque, que deverão ser apresentados até ser anunciada a votação da matéria, só poderão ser formulados por Líder, não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação.*

Isso está claro no art. 50 do Regimento Comum.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Isso é para antes, isso é para antes.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Então, nunca se abriu a possibilidade desse encaminhamento por quatro Parlamentares — o autor tem esse direito —, o encaminhamento a ser feito por quem é contra e por quem é a favor.

Portanto, eu formulo esta questão de ordem, para que V.Exa. decida que não procedem essas discussões, esses encaminhamentos no caso de destaque. Somente ao autor é permitida essa manifestação.

Se V.Exa. achar que não deve tomar essa decisão agora, que a submeta ao Plenário, para que este, de maneira soberana, possa deliberar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou, nobre Deputado...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu vou...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - É sobre o assunto. É contradita, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, não vou dar.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - É contradita, Sr. Presidente! Tenho direito a contraditar...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, V.Exa. levanta questão do Regimento. Eu vou acolher o requerimento de V.Exa., a questão de ordem que V.Exa. levantou, e vou decidir posteriormente. Por quê? Porque está havendo uma confusão muito grande aqui — eu acho que já ficou patente para todo mundo — da assessoria. Nós não conseguimos saber como está, em que pé está, o que pode e o que não pode.



Então, terminando aqui, nós vamos nos reunir com a assessoria e ver como poderemos proceder. Vamos estabelecer as normas, segundo o Regimento Comum e o Regimento da Casa, para encaminharmos a matéria. Mas agora vamos encaminhar com base no que estamos fazendo.

Vamos passar agora ao Destaque nº 12. Em relação a ele, dois Parlamentares se inscreverão para falar a favor, e dois, para falar contra. Vamos seguir esse rito hoje até o final dos destaques. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas não vou mudar, Deputado Vicentinho. Eu já tomei a decisão. Nós vamos continuar do jeito que estamos fazendo. Os destaques vão ser defendidos por dois e rejeitados por dois Parlamentares. Foi essa sistemática que adotamos. Estamos no Destaque nº 12.

Vou então passar a palavra ao autor do destaque, o Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, eu tinha outra situação para esclarecer relativamente à verificação.

É verdade que votamos o requerimento de votação nominal ou simbólica anteriormente. Contudo, é direito sempre de Parlamentares requererem que haja verificação nominal, inclusive porque o Presidente às vezes pode computar erroneamente os votos. Isso acontece. A verificação é um direito que vem depois, se houver apoio.

Então, é só para deixar isso claro. Eu disse que me havia equivocado, mas me equivoquei ao dizer que estava equivocado. Sempre podemos, após a votação de destaque ou de qualquer matéria, pedir que haja uma espécie de verificação. Isso é um direito parlamentar. É só para deixar isso claro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - A título de esclarecimento, Sr. Presidente, eu falo como autor ou posso fazer o encaminhamento favorável?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Fala como autor do destaque.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu falo então como autor do destaque.



Eu já havia explicado aos colegas há pouco que o NOVO apresentou três destaques, dois deles retomando o texto original. O Relator, o Deputado Cacá Leão, já nos explicou que ele colocou um freio, mas, na nossa opinião, esse freio está freando muito embaixo da ladeira. Tem que frear antes. *(Riso.)* Quem sabe, 0,02%.

Há dois destaques para voltarmos ao texto original e um destaque para acabarmos com o fundo eleitoral. Peço, de novo, o apoio dos nobres Congressistas. Nós podemos ter a coragem de chegar às nossas bases hoje à noite e, ao prestarmos conta dos nossos mandatos, dizer com muita transparência e muita nobreza que votamos contra o fundo eleitoral. Eu tenho certeza de que V.Exas. que têm a oportunidade de votar contra o fundo eleitoral serão muito mais bem-vistos em suas bases, uma vez que a população não aguenta mais que os políticos legislem em causa própria.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos agora à orientação de bancada... *(Pausa.)*

Vamos ao encaminhamento da votação. Dois Parlamentares falarão a favor, dois Parlamentares falarão contra.

Passo a palavra ao Deputado Aluisio Mendes, que está inscrito.

**O SR. ALUISIO MENDES** (PODE - MA) - Presidente, o Podemos encaminha contra o requerimento.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Presidente, só quero registrar que tenho uma Comunicação de Liderança a fazer. Quando V.Exa. entender que é possível, estou à disposição para fazê-la.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Agradeço a V.Exa. Estamos em processo de votação.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Eu encaminho também a favor, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Márcio Marinho.

**O SR. MÁRCIO MARINHO** (PRB - BA) - Sr. Presidente, o PRB encaminha a favor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não. *(Pausa.)*



**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Nós vamos encaminhar a favor. Não pode alguém encaminhar a favor se não é a favor.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Por que não? O Deputado não tem direito? O que é isso?

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, uma dúvida...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Vai policiar agora a posição dos Deputados? O Deputado é contra ou a favor.

Vamos, Presidente, prossiga a reunião.

**O SR. MÁRCIO MARINHO** (PRB - BA) - Deputado Lucas, eu tenho liberdade para proferir o meu voto. Eu encaminhei o meu voto a favor.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Segue a reunião, Presidente.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Não, por favor, isso é sacanear os colegas. Puxa vida! Isso não se faz. Simples assim! Isso é sacanear os colegas Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não se preocupe, não.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sr. Presidente, se o Deputado vota a favor... Eu acho que isso é incoerente.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Deputado Lucas, eu tenho profundo respeito pelo Deputado Marcel. É um Deputado qualificado, é um Deputado preparado, tem tido espírito público, tem cumprido um papel importante. Entretanto, este Parlamento e todos que estão aqui não têm o perfil de sacanear ninguém.

Eu queria só fazer esse registro, porque esse tipo de postura desmoraliza o Parlamento. Nós temos divergências, temos posições contrárias, mas precisamos respeitar a democracia e as posições.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos seguir. Tudo bem, Deputado Silvio.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Eu queria só fazer, com todo o respeito, esse registro, para respeitarmos este Parlamento.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente, falo como autor do requerimento. V.Exa. tem conduzido muito bem esta reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. já falou como autor do requerimento.



**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Agora peço um esclarecimento. Eu já falei como autor. Agora peço um esclarecimento. Alguém que tem posicionamento notoriamente contra a matéria pode encaminhar o voto "sim" em relação à matéria?

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Pelo amor de Deus, Presidente! Pelo amor de Deus!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, eu não vou...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu estou fazendo uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós vamos permitir que fale...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Isso não pode! Isso não pode!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ter calma aqui...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, se é assim, nós vamos pedir que haja orientação com registro no painel e que cada partido oriente por 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos ter calma. Vamos seguir o rito que nós estabelecemos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, nós não estamos aqui para obstruir. Nós não estamos aqui para fazer sacanagem — vou repetir essa palavra. Aqui estamos para debater uma matéria relevante, que é importantíssima para o Partido Novo desde a sua fundação. V.Exa. tem sido muito justo, e nós não concordamos com as injustiças que estão tentando fazer contra a nossa bancada. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos voltar ao que nós começamos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Ninguém está aqui para obstruir. Não somos o PSOL da Direita, pelo contrário...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É preciso que haja a orientação contrária e a orientação a favor. Houve uma orientação a favor, houve outra orientação contrária. Vou permitir então que haja mais duas orientações a favor, para não haver essa dúvida de que alguém que seja contrário esteja votando a favor, tirando o direito daquele que é a favor. É um direito do Deputado se posicionar como quer, mas, levantada essa questão, agora quem quiser encaminhar a favor do requerimento pode falar.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Cajado, assim vamos demorar mais ainda. Pelo amor de Deus! Vamos...

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Eu só peço 1 minuto. V.Exa. está criando um precedente. Eu só peço 1 minuto, por favor. *(Pausa.)*

Presidente Marcelo Castro, quando nós nos inscrevemos para falar a favor ou contra qualquer matéria no plenário da Câmara dos Deputados, não existe cerceamento nem policiamento quanto à atitude de nenhum Deputado. O Deputado pode ser contra determinada matéria, mas ele se inscreve para falar a favor para utilizar o tempo. Essa é uma forma de utilização de regra regimental. Eu, várias vezes, já me inscrevi para falar a favor de uma proposição, mesmo sendo contrário a ela, para utilizar o tempo. Isso é regimental! Agora, querer que o Deputado não se inscreva, regimentalmente, como foi feito na Mesa, para ser a favor ou contra qualquer matéria, isso é inadmissível. Não existe esse termo "sacanagem". Isso é regra regimental que está sendo utilizada!

Agora, desculpe-me, Presidente, o cerceamento a qualquer Parlamentar V.Exa. não pode permitir. Eu tenho o maior respeito e admiração pelo Deputado Marcel, o Líder do NOVO. Respeito o NOVO. Eu disse que esta matéria não é do interesse do Governo, e não falo aqui como Líder do Governo na Comissão —, e não podemos permitir cerceamento à atitude de nenhum Deputado nesta Casa. Não é possível! V.Exa. está abrindo um precedente, Presidente Marcelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. está coberto de razão, mas nós...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, é golpe se inscrever a favor se é contra...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Mas nós ganharemos tempo se seguirmos o rito que vínhamos seguindo. É muito melhor fazer assim, senão vai piorar. Vamos nos tornar mais ineficientes.

Falta mais uma orientação a favor.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não, V.Exa. já encaminhou o voto. Já falou como autor e já encaminhou. Está considerado aqui o encaminhamento de V.Exa.



Agora outro que quiser pode encaminhar a favor.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - V.Exa. me permite fazer uso da palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - São os membros que podem encaminhar. Quem não for membro... Nem Vice-Líder nem Líder podem orientar ou encaminhar. O Líder pode pedir a palavra uma vez e falar por 5 minutos, e pronto. Quem tem que falar são os membros da Comissão.

Deputado Lucas, V.Exa. já encaminhou.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu só queria tirar uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Presidente, eu só gostaria de registrar que o NOVO está falando em golpe aqui. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos andar, vamos andar.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Mas o NOVO falando em golpe é interessante, não é?

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Presidente, eu sou membro desta Comissão e já encaminhei. Outro colega pode encaminhar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Membro pode.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Pode, desde que seja membro. Peço que conste isso então, para que, no futuro, pessoas que não são membros não encaminhem outras matérias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É claro. Não podem encaminhar.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Mas não membros aqui já...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Quem não é membro pode falar, pode expressar a sua opinião, mas não pode votar.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Mas não membros aqui encaminharam voto em relação ao PLN 4.

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não pode, porque estamos em processo de votação.

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - A que horas eu posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Depois do processo de votação.



**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu já encaminhei o meu voto. Já fiz apelo aos colegas Congressistas. Faço o pedido de novo, porque estamos diante, talvez, da maior imoralidade do Brasil neste momento. Alguém que fala a favor mas na verdade é contra mostra, na prática, quão preocupados os políticos estão em esconder da população brasileira a verdade!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado Lucas, por favor...

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - A verdade é que não podemos aprovar o fundo eleitoral.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. já falou.

Mais alguém quer encaminhar contra? *(Pausa.)*

Então, vamos à votação.

O voto do Relator é pela rejeição do destaque.

Os Srs. Parlamentares que forem a favor da rejeição na Câmara dos Deputados permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Não vai para o Senado.

Destaque nº 13.

Tem a palavra o autor do requerimento, o Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Neste momento, Presidente, por acaso, já que não se trata de encaminhamento, o colega Deputado Vinicius pode falar? *(Pausa.)*

Não. *(Riso.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos em processo de votação.

Depois da votação, qualquer membro, qualquer Parlamentar, qualquer Deputado, qualquer Líder poderá falar. *(Pausa.)*

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Como autor do requerimento, uma vez mais peço aos colegas que pensem, que pesem, que reflitam qual é a frase, qual é o discurso, qual é a narrativa que todos nós queremos fazer ao chegar às nossas bases hoje à noite ou amanhã de manhã. Será que queremos falar isto para a população brasileira? *"Sabe o que eu fiz ontem lá na Câmara dos Deputados? Eu aprovei 3,7 bilhões para a campanha eleitoral de 2020."* Ou será que queremos chegar às nossas casas e



dizer isto aos nossos amigos, aos nossos eleitores, que honraram os seus votos em cada um dos que aqui estão? *"Tive a coragem, a nobreza, o altruísmo de votar contra o fundo eleitoral."*

Devemos entender que, quando colocamos na balança o fundo eleitoral de um lado e a população do outro, a população deve sempre estar em primeiro lugar. E a população, senhoras e senhores, está carente de saneamento básico, a população precisa de educação, a população precisa de remédios nos hospitais. A população está dando volta, perto de Valadares, Minas Gerais, de 300 quilômetros, porque há uma ponte lá em que toda hora ocorrem acidentes. Essa população precisa de recurso. Os servidores da PRF aqui estão aguardando chamamento. É preciso que haja recurso para pagar os salários deles. Para montar um TRF novo em Pernambuco, Deputado Silvio, precisa-se de recurso, recurso esse que poderia vir no lugar do fundo eleitoral. Em vez de colocarmos 3,7 bilhões de reais em campanhas eleitorais para pagar panfleto, para pagar bandeira, para pagar *jingle*, para pagar material que é jogado fora, podemos chegar às nossas casas e afirmar, de forma maiúscula, nobre, que optamos por destinar esse recurso para a população brasileira!

Eu repito: esta é uma oportunidade ímpar de resgatarmos a nobreza do que significa ser um político num país chamado Brasil. Infelizmente, a política tem sido, muitas vezes, humilhada, desmoralizada. Sabem o que desmoraliza o Parlamento, mais do que um debate nesta Comissão? Votar em causa própria. Somos eleitos para votar em favor dos 201 milhões de brasileiros que nos assistem, que nos ouvem e que esperam de nós uma conduta ética e transparente — por isso, sou contra o voto simbólico. Mais do que isso, esperam uma conduta corajosa, a de mostrarmos à população brasileira que, no século XXI, temos todas as ferramentas nas nossas mãos para transformar o nosso Brasil. Chega de velhas práticas! Chega de financiamento público em eleições! Chega de políticos com privilégios! Chega de legislarmos em causa própria!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Deputado, peço que conclua, por favor.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Nós podemos mostrar à população...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Seu tempo expirou.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Sou o único a encaminhar. Então, não podemos...



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não. Já expirou o tempo.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Nós podemos encaminhar, para mostrar à população...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Estamos encaminhando já.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - ... que somos pró-Brasil, pró-Brasil. É uma oportunidade ímpar que cada um de nós tem de mostrar à população que somos pró-população, e não pró-eleição. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Bom, agora eu vou passar a palavra ao Relator, o Deputado Cacá Leão, para dar o seu parecer sobre o destaque.

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente — e volto a dizer da relação que tenho com os Parlamentares do Partido Novo —, infelizmente, não tenho como acatar o destaque de S.Exa., pois temos uma legislação aprovada que trata do financiamento eleitoral, e a LDO não é o termo...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Não posso, infelizmente, Deputado. Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Rodrigo Coelho, para encaminhar a favor do destaque.

**O SR. RODRIGO COELHO** (PSB - SC) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, ratifico as palavras do Deputado Lucas e vejo que o Destaque nº 13 é até mais importante do que o Destaque nº 7 e o Destaque nº 12. Se os colegas tiverem oportunidade, leiam o destaque.

A população tem a impressão de que a campanha é gratuita. A população imagina que não têm custo algum aquilo que passa na TV, os santinhos, o cabo eleitoral. A população imagina que isso é algo que cai do céu, que as emissoras de TV, por exemplo, ou as produtoras dão isso, fazem de graça.

Eu fui eleito e tive a chance de ser Vereador em Joinville para dizer "sim" ou "não". Sou totalmente contra quem se abstém ou quem faz obstrução. Nós estamos aqui para dizer "sim" ou "não". A voto secreto tenho ojeriza — a qualquer tipo de voto secreto. Nós temos um patrão apenas, que é a população. Ela tem todo o direito de saber se o nosso



voto é "sim" ou "não" para qualquer assunto que envolva o seu interesse, em especial quando se fala de cada centavo do dinheiro público.

No momento em que temos 13 milhões de desempregados no País, no momento em que aprovamos uma reforma da Previdência, totalmente necessária para a retomada do crescimento, que vai ser a primeira de tantas outras reformas, que pavimentou a retomada de crescimento da reforma tributária e a do pacto federativo — e houve reunião ontem, importantíssima, com o Ministro Paulo Guedes, para encaminhamento disso —, no momento em que aprovamos uma reforma que pegou forte, e cada um de nós vai dar a sua parcela de contribuição na retirada de benefícios, de direitos, no dia seguinte à votação da reforma, nós vamos aprovar um *plus*? Parece, com todo o respeito aos nobres colegas, que as manifestações de 2013 e de 2016 e, em especial, o recado dado nas urnas em 2018, quando foi renovada mais da metade do Parlamento, não chegaram aos ouvidos dos nobres colegas. A população deixou bem claro que é contra financiamento público de campanha, a população deixou bem claro que é contra o atual modo de se fazer política no Brasil.

Nós temos a oportunidade, este Congresso Nacional, em especial esta nova legislatura — que vai ficar reconhecida, em 2022, tenho certeza disso, como a legislatura reformista —, de marcar o nosso ponto na história do País como a legislatura que pôs fim a esse absurdo que se entende no Brasil como Fundo Eleitoral.

Então, o meu encaminhamento é de voto "sim". O meu partido não fez reunião alguma para decidir sobre esse assunto. É um partido que quase não faz reunião, que não gosta de se reunir. O assunto é tratado meio obscuramente. Então, eu tenho total liberdade, até porque estou em divórcio litigioso com o partido porque eu votei "sim" e querem me expulsar agora, como se ele fosse dono da minha consciência. Eu não tenho liberdade nem de votar como penso nos assuntos principais. O partido quer botar o voto de cabresto. Isso é um absurdo. É um absurdo o que acontece com o regramento em nosso País. Esse é um dos motivos pelos quais faço o encaminhamento de voto "sim" ao Destaque nº 13, do Deputado Lucas e do Partido Novo como um todo.

Eu faço um apelo aos nobres colegas, para que hoje possam dormir com a consciência tranquila de que fizeram uma votação em prol do Brasil, para que votem contra, para o início do fim do Fundo Eleitoral.

Era isso.



Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Passo a palavra, para encaminhar contra a matéria, ao Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. ALUISIO MENDES** (PODE - MA) - Sr. Presidente, o Podemos vota contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Em seguida, falará o Deputado Luciano Ducci.

**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB - PR) - O PSB também encaminha contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Sendo assim, vamos colocar em votação o destaque na representação da Câmara dos Deputados, com o parecer do Relator pela rejeição.

Os Srs. Parlamentares que o rejeitam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado na Câmara dos Deputados.

Não irá ao Senado Federal.

Aprovado o relatório.

A matéria irá ao Congresso Nacional.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Parabéns, Presidente!

Parabéns, Relator! (*Palmas.*)

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Sr. Presidente...

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, quero dar só uma informação.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - V.Exa. vai seguir com a pauta, Sr. Presidente?

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - É sobre as votações.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muitos estão querendo falar.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - V.Exa. vai seguir a pauta?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou seguir a pauta.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Então, eu pediria a V.Exa. que colocasse em votação, por consenso, o PLN 8.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - O PLN 8, Sr. Presidente.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, quero falar sobre o destaque. Eu fiz um destaque sobre o tema do salário mínimo e só quero informar que ele foi derrotado. Eu votei contra aqui, para que eu pudesse fazer esse destaque. Ele não foi destacado,



não foi incorporado. Já quero antecipar que vou fazer esse destaque no plenário, porque ele é muito importante.

O Brasil, cuja economia está estagnada, só vai ter crescimento se houver salários, e salários com reajustes acima da inflação, que é exatamente o que o Presidente Lula e a Presidente Dilma fizeram e que deu aquecimento à economia. Isso nós precisamos fazer para o País.

Eu quero só deixar registrado isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito obrigado, Deputado Bohn Gass.

Deputado Pompeo de Mattos, V.Exa. pediu a palavra como Líder, mas eu vou pedir a compreensão de V.Exa., para que votemos o PLN 8 antes.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Ótimo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós poderíamos votar o PLN 8 e, em seguida, ficar aqui o tempo necessário.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Perfeito, Sr. Presidente. De acordo.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Inclusive, Presidente, por acordo, nós só votaremos hoje o PLN 8. Deixaremos para a próxima semana as demais matérias, por acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Encerraremos a pauta hoje.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Item 3 da pauta. Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 8, de 2019, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$89.660.000,00 (oitenta e nove milhões, seiscentos e sessenta mil reais). Relator: Deputado Silvio Costa Filho. Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator está com a palavra para a apresentação do seu relatório.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pelo trabalho.

Tendo em vista o adiantado da hora, serei muito breve na apresentação do relatório.



O nosso parecer é pela aprovação da matéria, para que possamos avançar numa pauta importante.

Desde já, quero saudar o Desembargador Eduardo Pugliesi, que, em nome da Justiça Federal,...

*(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu quero pedir mais uma vez aos presentes que nos honram muito com a sua presença que façam silêncio, por obséquio, que temos um orador falando. Por favor, eu peço silêncio a todos.

**O SR. SILVIO COSTA FILHO** (PRB - PE) - O Desembargador Eduardo Pugliesi, em nome da Justiça Federal de Pernambuco, do Nordeste, agradece a esta Comissão. É um pleito antigo do Tribunal Regional Federal, do Tribunal Regional do Trabalho, da Justiça Federal, é uma demanda do Governo do Estado, da Prefeitura do Recife. Isso vai ser muito importante para atender à população e vai estimular também a economia local. É um novo empreendimento que vai ajudar bastante o desenvolvimento da cidade do Recife e de Pernambuco.

Então, quero fazer um apelo aos nobres Parlamentares para que votem favoravelmente a esta matéria apreciada por nós.

O voto é pela aprovação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Muito bem.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

Depois darei a palavra a V.Exa.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - É um direito regimental de V.Exa. Tem a palavra o Deputado Lucas Gonzalez.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Eu queria pedir a palavra para o meu colega Vinicius.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Ele vai ter a palavra. Teremos um imenso prazer em ouvi-lo, mas, pelo Regimento Interno, ele não pode ter a palavra para discutir, porque ele não é membro da Comissão. Terminando esta parte da votação, nós vamos ficar aqui dialogando. Todos vão ter a palavra e vão poder se expressar.

*(Intervenção fora do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Com certeza.

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Ontem o nobre Relator, o Deputado Silvio Costa Filho, pediu o meu apoio a este PLN. Não vejo problema algum. Acho justo, correto. Mas quero lembrar a todos os presentes que dinheiro não dá em árvore. Estamos aqui aprovando quase 90 milhões para uma obra lá na Justiça Federal. É uma obra importante, fundamental, mas pouco tempo atrás aprovamos o PLN 4 e demos recursos para Bolsa Família, Plano Safra e alguns outros projetos também importantes.

Eu quero lembrar a V.Exas. uma frase de que eu gosto muito e que resume a nossa angústia humana: *"Os nossos desejos são infinitos, e os nossos recursos são sempre limitados"*. Sempre limitados.

Estamos aprovando recursos para a Justiça, recursos para a educação, recursos para o Bolsa Família, recursos para não sei quem, recursos para não sei onde. Uma hora o dinheiro acaba. Repito: nós poderíamos dar o exemplo de cortar o nosso recurso, o Fundo Eleitoral, para que outros pudessem ter mais recursos.

Eu voto "sim" ao PLN 8.

O NOVO entende que é um projeto importante do Tribunal Regional Federal, mas lembro a todos e repito que os nossos desejos sempre serão infinitos, e os nossos recursos, limitados. É por isso que precisamos de mais responsabilidade nesta Comissão Mista de Orçamento e de mais transparência. Temos que votar sempre com seriedade a destinação dos recursos, que não são públicos, são da população brasileira. O dinheiro não é nosso, dos políticos, o dinheiro é da população. E ela nos escolheu para destinar esses recursos com responsabilidade, seriedade e transparência.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Não havendo mais quem queira discutir o relatório...

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, eu só quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado Bohn Gass.

**O SR. BOHN GASS** (PT - RS) - Sr. Presidente, eu acho que a observação que o Deputado Lucas faz é muito importante. Nós temos realmente que ter muito critério. Inclusive, eu já quero fazer um convite. Tenho certeza de que, com esse conceito, o NOVO vai votar conosco contra o corte que o Bolsonaro faz na educação. Então, esse mesmo apelo eu quero fazer e tenho certeza de que o NOVO vai nos apoiar, porque o



Bolsonaro está tirando das criancinhas que estão na escola, do povo que não vai estudar. Eu quero o NOVO junto conosco para votar essa questão. *(Manifestação no plenário.)*

**O SR. LUCAS GONZALEZ** (NOVO - MG) - Talvez o corte do Presidente Bolsonaro seja em função do aumento...

*(O microfone é desligado.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vamos para a votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Parlamentares que aprovam o PLN 8 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora à votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Parlamentares que são favoráveis ao projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (PSB - PE) - Coloque que foi aprovado por unanimidade, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Congresso Nacional.

Findas essas votações, vamos passar a palavra a todos os que estão querendo falar.

**O SR. CLAUDIO CAJADO** (Bloco/PP - BA) - Está encerrada, então, a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Está encerrada a Ordem do Dia.

Inicialmente, vou passar a palavra para o Deputado Cacá Leão — que fez um trabalho extraordinário, que construiu um relatório a muitas mãos, que foi sempre muito aberto, muito solícito, que ouviu e procurou atender a todos, a todas as regiões, a todos os Estados, a todas as cidades —, depois vou passar a palavra aos outros que estão querendo falar.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Sr. Presidente, eu me inscrevi para falar como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - V.Exa. vai falar.



**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, quero só agradecer aos colegas pelo trabalho.

Mais uma vez, quero reiterar o brilhante trabalho feito pela Assessoria da Comissão de Orçamento. Já agradei e volto a agradecer agora, na pessoa do Graciano, a toda a equipe que nos acompanhou, assim como ao Wagner e a todos os membros da CONOF.

Vamos agora para o plenário discutir e votar esta importante matéria para o nosso Brasil, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, como Líder do seu partido.

**O SR. POMPEO DE MATTOS** (PDT - RS) - Sr. Presidente Marcelo Castro, Sr. Relator Cacá Leão, da nossa Comissão Mista de Orçamento, quero, em nome do PDT, deixar meu protesto veemente contra o PLN 18, que, lamentavelmente, faz um corte profundo nas verbas da educação do nosso País. Aliás, deixa aleijadas as verbas da educação do nosso País.

E tudo tem uma razão de ser. Veio a reforma da Previdência Social, e agora chegou a conta, para pagar. Não existe almoço grátis. Não existe voto de graça também. Aqui está o preço: são 3 bilhões e 50 milhões de reais remanejados de umas rubricas para outras rubricas. De onde saem? Sabemos que as verbas públicas são como cobertor curto. Quer vestir os pés? Pode vestir os pés, mas falta para a cabeça. Quer vestir a cabeça? Falta para os pés. Quer dar dinheiro para comprar Deputados para votarem a favor da reforma da Previdência? É claro que existe dinheiro, mas vai ter que sair de algum lugar.

Vejam de onde o Governo escolheu retirar as verbas, para honrar o compromisso que fez de liberar emendas extraordinárias para os Deputados votarem a favor da Previdência? De 30 universidades federais do Brasil. São mais de 30 fundações universitárias, de universidades federais, são cinco hospitais universitários, são mais de 40 institutos federais de educação do nosso País. É daí que sai o dinheiro para compensar aqueles Deputados que votaram a favor da reforma da Previdência, para tirar direitos dos trabalhadores brasileiros, do Regime Geral da Previdência, enfim, dos servidores públicos.

Eu nomino aqui alguns instituições, porque me parece necessário: Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, 13 milhões e 800 mil reais; Universidade



Federal de Santa Maria — UFSM, 5 milhões e 662 mil reais; Fundação Universidade Federal do Pampa — UNIPAMPA, 2 milhões e 542 mil reais; Fundação Universidade Federal do Rio Grande — FURG, 3 milhões e 200 mil reais; Fundação Universidade Federal de Pelotas — UFPEL, 5 milhões de reais; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde, de Porto Alegre, quase 1 milhão e 300 mil reais; Instituto Federal do Rio Grande do Sul — IFRS, 2 milhões e 96 mil reais; Instituto Federal Farroupilha — IFFAR, de Santo Augusto, da minha cidade, da minha região, da região missioneira, 1 milhão e 981 reais; Instituto Federal Sul-Rio-Grandense — IFSUL, 2 milhões e 475 mil reais.

Ou seja, os três Institutos Federais do Rio Grande do Sul estão pagando a conta, para esses Deputados terem emendas para distribuir para Prefeitos, para Municípios, para garantirem votos para a sua reeleição, para darem os votos e garantirem a aprovação da reforma da Previdência. Isso é a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha, perdeu a vergonha e virou sem-vergonha. Não há outro nome para lhes dar.

Cito ainda a Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, que tem um *campus* em Passo Fundo, em Erechim e na região missioneira, em Cerro Largo: 1 milhão e 70 mil reais.

Presidente, essa é minha denúncia. Aqui estão os valores alocados, os valores destinados: 3 bilhões, 41 milhões, 594 mil e 744 reais. Esse valor é idêntico ao que foi destinado para o Ministério da Agricultura, para o Ministério da Saúde, para o Ministério da Defesa, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, para o Ministério da Cidadania. Os Deputados indicaram os Ministérios, para que esses Ministérios liberem as verbas.

Isso não é correto, isso não é decente, isso não é adequado, isso é inaceitável, e nós precisamos denunciar. O PDT, que é o partido da educação, que respeita a educação, não concorda, não aprova e denuncia tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Vou passar a palavra agora ao nobre Deputado Vinicius Poit, que pacientemente esperou por esta oportunidade.

Em seguida, passarei a palavra para a Deputada Dra. Soraya Manato.

**O SR. VINICIUS POIT** (NOVO - SP) - Obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro.



Muito pacientemente tive que esperar por isto, porque o que aconteceu hoje aqui foi uma vergonha.

A quem estiver na sala eu vou pedir atenção e que escute.

Inclusive esperar o final para esvaziar a sessão foi feito. Inclusive votar a favor de requerimento quem não era a favor foi feito.

Sr. Senador, com todo o respeito, se não tivermos fé em algo na vida, fé em que, lá na frente, nós vamos prestar contas, vai ser muito difícil estar neste Congresso Nacional. É muito difícil trabalhar aqui com o propósito de fazer tudo correto.

No momento em que eu peço a atenção das poucas pessoas que estão aqui na sala, no momento em que mais de 100 milhões de pessoas do Brasil não têm saneamento básico, não têm educação básica, não têm saúde, não têm segurança, nós vamos concordar em gastar 3 bilhões de reais em campanha política!? Isso, para mim, parece algo que não faz sentido, Senador. Não faz o mínimo sentido isso.

Por isso eu faço este protesto. Pedi para falar durante toda a reunião. Não me foi dada permissão para falar. Há precedente. Eu sei que é regimental, que não precisava ter me dado a palavra. Respeito. Mas há o precedente de permitir a fala a outros Deputados.

Eu falo mesmo sozinho aqui nesta Comissão. Pergunto para todo o mundo que está aqui presente, já que nós gostamos de votação simbólica — eu não gosto: quem é a favor de usar dinheiro de saneamento básico, da educação das crianças, como o Deputado falou aqui, de saúde e segurança, para fazer campanha política, levante a mão. *(Pausa.)* É votação simbólica, levantem a mão. Quem é a favor do aumento do Fundo Eleitoral levante a mão.

Sem mais, Presidente. A população é contra isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Pois não, Deputado.

Vamos ouvir agora a Deputada Dra. Soraya Manato.

Por favor, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DRA. SORAYA MANATO** (PSL - ES) - Sr. Presidente, é uma honra fazer parte desta Comissão.

Quero deixar aqui registrado que eu, particularmente, sou contra o Fundo Eleitoral. Sou contra também o financiamento de campanha por grandes empresários. Nós vimos nesta Casa pessoas que foram eleitas à custa de empresários, grandes empresários, de



partidos de esquerda, que, na hora da votação, tiveram que votar a favor da reforma da Previdência porque foram obrigadas, porque tinham de dar o retorno do dinheiro nelas investido.

Já que V.Exas. querem acabar com o Fundo Eleitoral, do que eu sou a favor, que cada um banque a sua campanha, que banque com dinheiro próprio. Manato, meu marido, em quatro mandatos, sempre bancou 95% da campanha, porque os partidos dão muito pouco. Aliás, os presidentes de partido não distribuem igualmente o dinheiro, dão para quem eles querem o que eles querem, e para os outros às vezes dão uma ninharia.

Então, eu sou a favor de que banque com o seu próprio dinheiro quem quiser bancar. Vamos botar isso na regra, para que depois Deputados não venham ao plenário e tenham que votar contra suas ideologias porque foram bancados por grandes empresários. Eu sou a favor da liberdade do político, de que ele vote em quem quiser e do jeito que quiser.

Este é o meu protesto. Os discursos são muito bonitos, mas um monte de gente aqui é bancada por grandes empresários brasileiros. Então, também não têm direito de falar quem é a favor do Fundo Eleitoral. Eu sou contra, mas é a mesma coisa para mim. Você é contra o Fundo Eleitoral, mas é bancado por grandes empresários. E de onde vem esse dinheiro? Empresário não vai gastar 100 milhões do próprio bolso numa campanha eleitoral. Não. De algum lugar vem esse dinheiro. Eles são muito sabidos. Então, não adianta virem aqui com esses discursinhos, não. Vamos colocar isso no plenário, e lá vai botar a digital quem é a favor e quem é contra.

Esse era o recado que eu tinha a dar.

Obrigado, Presidente. Parabéns pela condução dos trabalhos!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Eu agradeço à Deputada Dra. Soraya Manato pela manifestação e passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem, ao que tudo indica, o último orador.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) - Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Não quero tomar ainda mais tempo neste final de sessão da Comissão Mista de Orçamento. Eu gostaria apenas de dizer que, às vezes, a pressa acaba fazendo com que se tome mais tempo do que o necessário. Foi o que nós vimos aqui. O NOVO só queria



fazer aquilo que fez, marcar a sua posição, falar sobre suas ideias. Obviamente, o maior objetivo era o de vencer a votação. Não foi possível. Não obtivemos os votos necessários, nem sequer os apoios partidários necessários para que pudéssemos realmente garantir uma votação nominal.

A indignação do Deputado Vinicius Poit, meu colega de partido, é a mesma de milhões de brasileiros que veem que falta dinheiro em todas as áreas. Portanto, faltando dinheiro em todas as áreas, essa já deveria ser razão suficiente para não gastarmos dinheiro público imprimindo santinhos, pagando por "bandeiraço", contratando cabo eleitoral.

Como disse na minha primeira intervenção do dia aqui, a democracia, sim, tem custos. Aliás, o custo das instituições é altíssimo no Brasil, mais do que seria desejável e necessário. Por isso mesmo, nós também sempre defendemos cortes de privilégios, mas entendemos, sim, que há custos básicos dos quais não podemos escapar. A energia elétrica usada neste Parlamento precisa ser paga, os servidores que nos auxiliam precisam ter os seus rendimentos no fim do mês. Precisamos ter uma certa estrutura que garanta o funcionamento das instituições. Isso não é prerrogativa dos brasileiros. É assim que acontece no mundo todo. No entanto, quando se extrapola, passa-se a ver aquilo que disse o nosso colega Rodrigo Coelho: uma indignação da sociedade contra tudo o que aí está, contra o dito *establishment*. Não é só no Brasil, não. No mundo todo as instituições estão sendo contestadas.

Uma das piores coisas que podem acontecer com as instituições é que aqueles que estão no poder acabam tendo a arrogância de achar que sempre estão certos, e não aceitam as críticas. O que acontece é que a credibilidade institucional reduz-se ainda mais. Aconteceu nas últimas eleições, aliás. Os grandes partidos brasileiros, que hoje tanto se queixam de certas posturas daquele que chegou à Presidência da República, no momento das eleições não apresentaram candidatos que pudessem dar à população a confiança e a garantia de que o Brasil estaria em rumos melhores do que nos que esteve nas últimas décadas. Aqueles que hoje gostam de apontar os dedos para quem está no poder ou para quem, aqui no Parlamento, talvez muitas vezes critique o que aconteceu até hoje não se dão conta de que foram parte desse processo de profunda degradação institucional em que hoje nós nos encontramos.



Portanto, humildade nunca é demais. A vaidade e a arrogância de quem está no poder só pode ser debelada com fatos claros. E apoio da sociedade não se compra com dinheiro público. Pelo contrário. Compra-se, ou melhor, conquista-se, não se compra, com atitudes que claramente deem à população a segurança de que aqueles que estão no poder representam seus anseios.

Por isso mesmo, o Partido Novo, desde o início, desde a sua fundação, defende que partidos políticos sejam mantidos pelas doações de seus filiados e de seus apoiadores, não necessariamente filiados. Entendemos que partidos políticos são organizações sociais, são organizações que devem crescer de baixo para cima.

Mas no nosso Brasil partidos políticos, inclusive por força constitucional, precisam necessariamente ter circunscrição nacional, um verdadeiro absurdo numa federação. Uma federação deveria garantir que partidos políticos pudessem ser criados nas bases e, à medida que conquistassem mais apoiadores, almejassem, sim, ter candidatos a Governador e quiçá à Presidência da República. No Brasil tudo funciona ao contrário. Os partidos políticos organizam-se, lamentavelmente, como se num cartel estivessem e aprovam leis para em seu próprio benefício, restringem o acesso ao Fundo Eleitoral e ao Fundo Partidário apenas àqueles que estão hoje no Parlamento, onde, aí sim, deveria haver uma cláusula de barreira para a entrada de novos partidos, porque há partidos políticos demais em Brasília, mas partidos políticos de menos no resto do Brasil. Os partidos políticos hoje existentes — e peço a liberalidade de falar por mais 1 minuto, para concluir — acabam se transformando em organizações que cartelizam o sistema partidário em seu próprio benefício e reduzem a capacidade do cidadão, do eleitor e do filiado de se sentirem parte do processo político e parte, portanto, da nossa democracia.

Sr. Presidente, vou concluir.

O Partido Novo defende o fim do Fundo Partidário, defende o fim também do Fundo Eleitoral e entende que partidos políticos deveriam ser livremente criados, sem acesso ao dinheiro público, para que o cidadão realmente participasse da nossa democracia. Estamos conquistando espaços, estamos crescendo. Esse partido tem oito Deputados Federais e tem conquistado, felizmente, uma boa repercussão tanto no meio público quanto aqui no Parlamento.



Sr. Presidente, V.Exa. tem conduzido muito bem os trabalhos e tem dado a esse partido político e a seus membros, nesta Comissão, as condições ideais para nos pronunciarmos. Muito obrigado, mais uma vez, por esta oportunidade.

Esperamos que, com o tempo, não haja só o NOVO — porque não nos arrogamos e jamais faremos isso o direito de sermos considerados os únicos arautos ou salvadores da democracia; jamais! —, que outras alternativas surjam e que as existentes se renovem e se reciclem.

Nós queremos, como partido político e principalmente como cidadãos, garantir que todo brasileiro tenha acesso à participação política e que não veja dinheiro público sendo investido em campanhas eleitorais, mas sim naquilo que mais lhe interessa, que é saúde pública, educação pública para aqueles que não podem pagar e segurança para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. MDB - PI) - Nós agradecemos a palavra de V.Exa.

Eu quero me permitir fazer um comentário sobre este assunto, que reputo da mais alta importância e de grande complexidade, que é um problema mundial, que é a forma como as campanhas eleitorais são financiadas, a forma como os partidos políticos são financiados no mundo afora. Há conflitos, há dúvidas e há questionamentos praticamente em todos os países do mundo. Na maioria dos países, pelo que tenho estudado e pelas informações que tenho colhido, é feito um financiamento misto: uma parte do financiamento das campanhas é privada, e outra parte do financiamento das campanhas é pública, como é o caso do Brasil. Hoje as campanhas no Brasil podem ter dinheiro público, do Fundo Eleitoral; dinheiro público do Fundo Partidário; dinheiro público oriundo da isenção fiscal das televisões; e dinheiro privado, do próprio candidato que pode financiar as suas campanhas eleitorais e de contribuições de pessoas físicas. É proibido pela Justiça brasileira, pelo Supremo Tribunal Federal, o financiamento empresarial.

Isso é uma questão que traz muitos posicionamentos, muitas disputas e muitas discussões. As empresas devem ou não financiar campanhas eleitorais? Quem é a favor argumenta que sim, que as empresas têm o direito de financiar o partido que quiserem. Quem é contra o que diz? Que as empresas não têm ideologia, não têm filiação, não têm simpatia. Na verdade, quando você analisa para quem as empresas doaram, você vê



normalmente que doaram para quem está no poder ou doaram mais para quem está no poder. Quando você faz uma análise mais acurada, você observa que as empresas doaram para aqueles candidatos que estavam em primeiro lugar nas pesquisas. Quando o candidato que estava em primeiro lugar nas pesquisas cai nas pesquisas, os seus financiamentos caem também. *(Riso.)* Aquele outro candidato que estava embaixo nas pesquisas, que tinha pouco financiamento, que passou à frente nas pesquisas, passa a ter financiamento maior. Quando você analisa determinadas empresas, e há cinco candidatos a Presidente ou cinco candidatos a Governador ou cinco candidatos a Prefeito, você vê que elas doaram para todos os cinco. Então, de que lado está a empresa?

Na verdade, nós vemos que, na prática, existe um conluio muito grande entre o empresário e o poder público, ou para pagar alguma coisa que já tenha recebido no passado, ou para auferir algum benefício no futuro.

Então, em princípio, conceitualmente, eu não sou contra empresas poderem financiar, dentro de regras bastante estritas, bastante limitadas, mas, dado o nível de degradação moral, dado o nível de promiscuidade a que nós chegamos ao Brasil — e basta citar os mensalões, os petrolões para ver que é um escândalo o que ocorre no Brasil... Eu fui Relator dessa matéria aqui na Câmara, quando era Deputado Federal, e me posicionei contrário ao financiamento público de campanhas por empresas. Ora, se acabei de dizer que conceitualmente não sou contrário, por que me posicionei contrário? Dado o nível de degradação a que nós chegamos, o nível de promiscuidade a que nós chegamos. Eu comparo o sistema eleitoral do Brasil — sou psiquiatra — com um toxicômano, que já está viciado com aquela droga. Então, no meu entendimento, seria saudável passarmos uns tempos de abstinência, sem essa droga, até reaprendermos a fazer política. Aí, em um novo momento, com novas relações, poderíamos então pensar novamente na possibilidade de empresas doarem.

Quando vamos de um extremo para o outro — e é o caso do NOVO; não estou criticando, estou observando —, dizemos: *"Somos contra o financiamento público. Tem que ser privado"*. E aqueles candidatos que não têm dinheiro? Isso é um problema. Como é que eles vão fazer a campanha? Quando o candidato pode, tem dinheiro ou meios de fazer dinheiro, ele termina encontrando meios de fazer a campanha. Então, se você mexe para um lado, vem um problema do outro.



Eu acho que o Brasil, no momento, está num bom caminho, esse de permitir financiamento privado — há de permitir o financiamento público. Se o valor foi excessivo, é uma questão que precisamos discutir. O que é mais razoável? Nós tivemos 1 bilhão e 700 milhões para a campanha geral. Agora nós vamos ter, segundo os cálculos do Deputado Cacá Leão, 2 bilhões e 800 milhões. Então, o valor aumentou. Eu fui um dos que estranharam que tivesse aumentado. Estava esperando que o valor previsto para a campanha de 2018 fosse repetido para a campanha de 2020. Não estou criticando ele de maneira nenhuma, mas isso impactou. O argumento que ele deu é de que são campanhas diferentes.

Então, quando você faz uma campanha nos Estados, você está fazendo em 27 Estados. Quando você faz nos Municípios, você está fazendo 5.570 campanhas, em Municípios diferentes. Fica difícil avaliar o que sai mais caro: uma campanha municipal ou uma campanha geral. Eu sou a favor da coincidência de todas as eleições. Acho que, na hora em que coincidem, você trata de maneira mais harmoniosa, mais homogênea as ideias, as propostas. Se nós vamos para uma campanha num determinado Município e vamos tratar de um problema educacional, esse problema é municipal, é estadual ou é nacional? Os três.

Então, é muito importante que a campanha seja feita num tempo só. Se você está no palanque do Prefeito, junto com o Governador, e apoia um candidato a Presidente da República do seu partido, pode dizer: *"Olha, votando no nosso partido, nós vamos ter uma boa educação, porque é do nosso programa, é do nosso compromisso, é da nossa tradição. Com o Prefeito eleito, com o Governador eleito, com o nosso Presidente eleito, será nossa prioridade número 1"* — como era a do PDT, com Brizola, que fez isso no mundo inteiro. Quer dizer, a bandeira principal do PDT sempre foi a educação. Eu acho que isso seria benéfico.

Dado que o financiamento de campanha no Brasil seja público, se eu já era favorável à coincidência das eleições, agora sou muito mais, porque, em vez de termos duas despesas públicas, nós teremos uma só. Em função disso, apresentei uma PEC no Senado Federal em que proponho que o próximo mandato dos Prefeitos, de 2020, seja de 6 anos, só desta vez, para coincidirem as eleições em 2026. A partir de 2026, as eleições continuariam como são hoje, de 4 em 4 anos, com direito à reeleição, tudo do jeito que está, mas todas num dia só: para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado



Federal, Governador, Senador, Presidente da República. Seria uma despesa só, um trabalho só da Justiça Eleitoral. Eu acho que isso seria benéfico e muito mais econômico para o País.

Chamo a atenção de V.Exa. para a complexidade disso. Nós dizemos: *"Não, deve ser só público. Não, deve ser só privado. As empresas devem participar"*. Quer dizer, é um emaranhado de complexidades. Eu acho que o melhor é seguir Aristóteles e levar para o meio. A virtude está no meio, nem num extremo, nem no outro. Agora, a nossa dificuldade é fazer essa sintonia fina, para que não vá tanto para um lado, para que não vá tanto para o outro.

Evidentemente, se os recursos são públicos, que sejam parcimoniosos, que sejam parcimoniosos. Não podemos brincar com recurso público, porque o Orçamento é inelástico. Como disse V.Exa. muito bem, se nós colocarmos de um lado, obrigatoriamente teremos que tirar do outro. É evidente que, se as campanhas eleitorais e a democracia são importantes para o Brasil, para o País, para qualquer país, é importante que nós gastemos dinheiro nelas, mas não podemos gastar muito dinheiro, porque estaremos tirando de outras áreas que também são essenciais.

Deveríamos ter encerrado os nossos trabalhos isso no primeiro semestre, mas não foi possível. O motivo principal foi a votação da reforma da Previdência. Nós deixamos para votar a LDO na última semana, e todos os Líderes se reuniram e acharam que poderia atrapalhar a reforma da Previdência, sobre a qual, àquela altura, havia uma dúvida muito grande. Era preciso um esforço de todos. Deixamos para votar agora e, graças a Deus, votamos na primeira semana de trabalho. Então, não vai haver nenhum problema, não vai haver nenhum atraso.

Vou comunicar o fato ao Presidente Davi Alcolumbre. Espero que, na próxima semana, já votemos numa sessão do Congresso, para que o Orçamento, a LOA que chegar aqui, em 31 de agosto, já traga as diretrizes estabelecidas por nós aqui.

Antes de encerrar esta reunião, quero parabenizar a Comissão pelo esforço para que nós chegássemos a bom termo no que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias, em especial o Deputado Cacá Leão, um Deputado muito atuante, muito participativo, muito aberto, muito transparente, que atendeu a todos. Não ouvi ninguém reclamar da atuação do Deputado Cacá Leão. Acredito que fez um bom trabalho. A crítica que se faz a este relatório é sobre o financiamento público de campanha. Nós temos o ano todo para



discutir isso. Está no nosso poder dizer quanto vamos colocar, para fazer face às despesas das eleições do ano que vem.

Após dizer tudo isso, agradeço a todos e declaro encerrada esta reunião.